**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – UNIDAVI**

GABRIELA CAROLINE COSTA

**A (IN) APLICABILIDADE DA MEDIAÇÃO NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS
FAMILIARES NA CONTEMPORANEIDADE**

Ituporanga

2021

GABRIELA CAROLINE COSTA

**A (IN) APLICABILIDADE DA MEDIAÇÃO NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS
FAMILIARES NA CONTEMPORANEIDADE**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Direito,
pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento
do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI.

Orientador: Prof. M.e Saul José Busnello.

Ituporanga

2021

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARO O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – UNIDAVI**

A monografia intitulada “**A (IN) APLICABILIDADE DA MEDIAÇÃO NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS FAMILIARES NA CONTEMPORANEIDADE**”, elaborada pela acadêmica GABRIELA CAROLINE COSTA, foi considerada

() APROVADA

() REPROVADA

por todos os membros da banca examinadora para a obtenção do título de BACHAREL EM DIREITO, merecendo nota _____.

Ituporanga, 21 de maio de 2021.

Prof. M.e Mickhael Erik Alexander Bachmann
Coordenador do Curso de Direito

Apresentação realizada na presença dos seguintes membros da banca:

Presidente: _____

Membro: _____

Membro: _____

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, isentando o Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, a Coordenação do Curso de Direito, a Banca Examinadora e o Orientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Ituporanga, 21 de maio de 2021.

Gabriela Caroline Costa
Acadêmica

Dedico esse trabalho à toda minha família, por todo o apoio e incentivo, bem como aos meus amigos de faculdade, por todos os ótimos momentos que passamos juntos.

AGRADECIMENTOS

Ser graduada em Direito é uma conquista muito importante em minha vida, pois este é mais um sonho prestes a ser realizado e tenho muito a agradecer às pessoas que fizeram parte dessa trajetória.

Primeiramente, agradeço a meus pais Eliana e Sérgio, que sempre lutaram junto comigo na realização dos meus sonhos, responsáveis por me ensinar princípios que levarei comigo por toda minha vida profissional, incentivando-me em todos os momentos. Sou grata também a meu irmão Sérgio Jr, que me mostrou que somos nós os responsáveis por nossas conquistas.

Agradeço ao meu namorado Douglas pela compreensão e pelo auxílio em grande parte do Curso, mostrando-me ser um grande exemplo profissional e pessoal. Estendo o agradecimento à sua família, que sempre incentivaram meus objetivos e sonhos.

Também quero agradecer meus chefes e futuros colegas de profissão, Pedro e Camila, por todos os ensinamentos e oportunidades de aprendizado.

Sou grata aos meus amigos e colegas de classe, que sempre me apoiaram e lutaram junto comigo, na mesma direção.

Igualmente, agradeço a todos os funcionários da Instituição de Ensino UNIDAVI por todo apoio e por proporcionarem um ambiente próspero para meus estudos e a todos os professores, por todos os puxões de orelha, conselhos e ajuda durante os anos e na elaboração do meu Trabalho de Conclusão do Curso.

Deixo um agradecimento especial ao meu professor orientador, M.e Saul José Busnello, pela paciência e pelo empenho dedicado ao meu Trabalho.

Por fim, sou grata a Deus por me proporcionar persistência e sabedoria para a realização dos meus objetivos.

RESUMO

O Trabalho de Curso parte da pergunta: a Mediação é aplicável na resolução de conflitos familiares contemporâneos? O Método de abordagem utilizado na elaboração da pesquisa foi o indutivo. O Método de procedimento foi o monográfico e o levantamento foi por meio da técnica da pesquisa bibliográfica. Procurou-se responder, analisando os princípios e arranjos familiares contemporâneos e discutindo os aspectos gerais da Mediação, demonstrando, ao final, as vantagens e desvantagens da Mediação na resolução de conflitos familiares contemporâneos, para alcançar o objetivo geral que é investigar a (in) aplicabilidade da Mediação na resolução de conflitos familiares na contemporaneidade. Baseia-se a argumentação na Resolução nº. 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, Código Civil, Lei nº. 13.105/2015 que versa sobre o Código de Processo Civil, bem como a Lei de Mediação, nº 13.140/2015, cuja principal conclusão é da confirmação da hipótese básica de que é aplicável a Mediação na resolução de conflitos familiares contemporâneos. Assim, conclui-se que é aplicável a Mediação na resolução de conflitos familiares contemporâneos, uma vez que por meio de suas técnicas e fases, é possível restabelecer o vínculo rompido entre as partes, facilitando-as no diálogo, tudo isso dentro da informalidade e podendo ser solucionada a controvérsia com muito mais celeridade e com maior interação das partes no decorrer do processo.

Palavras-chave: Mediação. Conflitos Familiares Contemporâneos. Aplicabilidade.

ABSTRACT

This research starts with the question whether mediation is applicable in the resolution of contemporary family conflicts. The method of approach used in this research was inductive. The method of procedure was monographic and the survey was carried out through the bibliographical research technique. It was tried to answer by analyzing the principles and the contemporary family arrangements, and discussing the general aspects of the mediation at the end showing the advantages and disadvantages of the mediation in the resolution of contemporary family conflicts in order to achieve the general aim that was to investigate the (in) applicability of the mediation in the resolution of contemporary family conflicts. The argument is based on the resolution 125/2010 of the Brazilian National Council of Justice, Civil Code – law 13.105/2015 which deals with Code of Civil Procedure as well as with Mediation Law 13.140/2015 whose main conclusion is the confirmation of basic hypothesis that the mediation in the resolution of contemporary family conflicts is applicable. Thus, it is concluded that the mediation in the resolution of contemporary family problems is applicable since through its techniques and phases is possible to reestablish the broken bond between the parties facilitating them in the dialog carried out informally and that is able to solve the dispute faster and with more interaction during the suit.

Keywords: Mediation. Contemporary Family Conflicts. Applicability.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. DIREITO DE FAMÍLIA	12
2.1 BREVES ACONTECIMENTOS RELACIONADOS AO DIREITO DE FAMÍLIA ...	13
2.2 PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO DIREITO DE FAMÍLIA E SEUS REFLEXOS	15
2.2.1. Princípio de proteção da dignidade da pessoa humana.....	15
2.2.2. Princípios do pluralismo familiar	16
2.2.3. Princípio da isonomia entre cônjuges e companheiros	18
2.2.4. Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente	20
2.2.5. Princípio da afetividade	22
2.2.6. Princípio da paternidade responsável.....	25
2.2.7. Princípio da solidariedade familiar no Direito das Famílias	27
2.3 FORMAÇÕES FAMILIARES NO DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO	28
2.3.1. Família Matrimonial.....	29
2.3.2. Família Informal	31
2.3.3. Famílias Paralelas ou Simultâneas.....	33
2.3.4. Família Poliafetiva	34
2.3.5. Família Monoparental.....	35
2.3.6. Família Homoafetiva.....	36
2.3.7. Família Parental ou Anaparental.....	38
2.3.8. Família Composta ou Mosaica	39
2.3.9. Família Substituta.....	40
2.4 CONFLITOS FAMILIARES CONTEMPORÂNEOS	41
3. ASPECTOS GERAIS DA MEDIAÇÃO	43
3.1 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA MEDIAÇÃO	44

3.2 PRINCÍPIOS DA MEDIAÇÃO.....	45
3.2.1. Imparcialidade	46
3.2.2. Isonomia entre as partes	47
3.2.3. Oralidade.....	48
3.2.4. Informalidade.....	49
3.2.5. Autonomia de vontade e decisões das partes.....	50
3.2.6. Busca do consenso, cooperação e não competitividade	51
3.2.7. Confidencialidade	52
3.2.8. Boa-fé	54
4. A (IN) APLICABILIDADE DA MEDIAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES CONTEMPORÂNEOS	55
4.1 MODALIDADES DE MEDIAÇÃO	56
4.1.1. Mediação Extrajudicial.....	56
4.1.2. Mediação Judicial.....	59
4.2 FASES DO PROCESSO DE MEDIAÇÃO	63
4.3 TÉCNICAS DE MEDIAÇÃO	69
4.4 AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA UTILIZAÇÃO DA MEDIAÇÃO NO ÂMBITO FAMILIAR	73
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS.....	83

1. INTRODUÇÃO

O objeto do presente Trabalho de Curso é a (In) Aplicabilidade da Mediação na Resolução dos Conflitos Familiares na Contemporaneidade.

O objetivo institucional é a produção do Trabalho de Curso como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI.

O objetivo geral deste Trabalho de Curso é investigar a (in) aplicabilidade da Mediação na resolução de conflitos familiares contemporâneos.

Os objetivos específicos são: a) analisar os princípios e arranjos familiares contemporâneos; b) discutir sobre os aspectos gerais da Mediação; c) demonstrar as vantagens e desvantagens da Mediação na resolução de conflitos familiares contemporâneos.

Na delimitação do tema, levanta-se o seguinte problema: a Mediação é aplicável na resolução de conflitos familiares contemporâneos?

Para o equacionamento do problema levanta-se a seguinte hipótese: supõe-se que a Mediação é aplicável na resolução de conflitos familiares contemporâneos.

O Método de abordagem a ser utilizado na elaboração desse Trabalho de Curso será o Indutivo; o Método de procedimento será o Monográfico. O levantamento de dados será através da técnica da Pesquisa Bibliográfica.

Hodiernamente, a estrutura familiar se apresenta das mais variadas formas, sendo cediço que todas essas transformações advêm das alterações ocorrentes na sociedade, ou seja, não ocorreu uma modificação somente no âmbito doméstico, mas também nos hábitos e costumes da sociedade, provocando, dessa maneira, uma corriqueira instabilidade familiar.

Para conseguir manter suas estirpes, os integrantes familiares necessitam discutir suas diferenças frequentemente e nada obstante, com o intuito de facilitar essa relação, o Ordenamento Jurídico brasileiro, principalmente após o advento da Resolução nº. 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, bem como da Lei nº. 13.105/2015 e da Lei nº. 13.140/15, traz uma perspectiva diferente para a resolução dos conflitos domésticos, buscando facilitar a interação e solução desses problemas.

A Mediação Familiar surgiu como modo de solução de conflitos, que tem por objetivo resolver os imbróglios relacionados à família com mais agilidade, isto é, com

o subsídio de um mediador, a Mediação surgiu como um instrumento judicial e extrajudicial que se propõe solucionar conflitos familiares de uma forma mais simples.¹

Dessa forma, é de suma importância estudar a aplicabilidade da Mediação na resolução de conflitos familiares na contemporaneidade, com a finalidade de analisar os princípios e arranjos familiares contemporâneos, discutir sobre os aspectos gerais da Mediação, a fim de demonstrar se é (in) aplicável a Mediação na resolução desses conflitos.

Principia-se, no Capítulo 2, com uma breve dos acontecimentos relacionados ao Direito de Família e os princípios aplicáveis nesse âmbito. Abordar-se-á, ainda, as formações familiares no Direito Civil contemporâneo e os possíveis conflitos oriundos desses novos arranjos familiares.

O Capítulo 3 trata de versar acerca dos aspectos gerais da Mediação, de modo a apresentar seu conceito e suas características, bem como os princípios que regem esse meio alternativo de resolução de conflitos.

O Capítulo 4 dedica-se a abordar a (in) aplicabilidade da Mediação na resolução de conflitos familiares contemporâneos, discutindo-se as modalidades de Mediação, além das fases e técnicas utilizadas na sua aplicação, para ao final apresentar as vantagens e desvantagens da utilização da Mediação no âmbito familiar.

O presente Trabalho de Curso encerrar-se-á com as Considerações Finais nas quais serão apresentados pontos essenciais destacados dos estudos e das reflexões realizados sobre a (in) aplicabilidade da Mediação na resolução de conflitos familiares contemporâneos.

2. DIREITO DE FAMÍLIA

Constantemente o ordenamento jurídico brasileiro sofre mutações que estão relacionadas com as alterações ocorrentes na sociedade e as mudanças nas células familiares que compõe a comunidade social são responsáveis pelas transformações do Direito de Família.

Assim, necessário se faz elucidar a seguir, acerca da breves acontecimentos relacionados ao direito de família, bem como sobre os princípios que regem esse

¹ PEREIRA, Raianni dos Santos. "A mediação como forma de resolução de conflitos familiares." In: **Conteúdo Jurídico**. Centro Universitário Luterano de Manaus- ULBRA. Manaus – AM, 2020.

seguimento, apresentando os diversificados tipos de família que compõem o direito civil contemporâneo e os possíveis conflitos a serem enfrentados por essas, tudo com base na Constituição Federal de 1988, Código Civil de 2002, Código de Processo Civil de 2015, além de outras normas pertinentes ao assunto.

2.1 BREVES ACONTECIMENTOS RELACIONADOS AO DIREITO DE FAMÍLIA

Por ser uma base da sociedade, é possível abstrair do artigo 226 da Constituição Federal de 1988 que a família tem proteção estatal, sendo de suma importância para a estrutura do Estado², pois é dela que surgem as primeiras concepções do ser humano sobre a sociedade, abrigada no ordenamento jurídico pelo Direito de Família.

Com o intuito de proteger o indivíduo desde o nascimento, o Direito de Família assegura a esse, princípios constitucionais, além de trabalhar com os valores personalíssimos do sujeito de forma mais humana e branda,³ a fim de ampará-lo durante todas as fases de sua vida.

Segundo Mônica Teresa Costa Sousa e Bruna Barbieri Tavares, a visão que se tem de família na atualidade é oriunda de um grande processo de construção da funcionalidade da família na história, tendo em vista que o modelo padrão de família antigamente no Brasil, era somente aquele constituído pelo matrimônio civil ou religioso, entre homens e mulheres.⁴

No Século XX o matrimônio seguia o modelo patriarcal e era visto de forma discriminatória pelo Código Civil de 1916, uma vez que vetava a sua dissolução, distinguia os membros familiares, não protegia as relações existentes sem o vínculo do casamento e discriminava os filhos oriundos dessas relações.⁵

Cabe destacar, também, que na metade do Século XX surgiram movimentos significativos para a mudança no âmbito familiar, como o movimento feminista e o

² MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 35.

³ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 358.

⁴ SOUSA, M. T. C.; WAQUIM, B. B. Do direito de família ao direito das famílias: a repersonalização das relações familiares no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**, Maranhão, Ano 52, n. 205, p. (71-86), março, 2015, p. 72.

⁵ ARRUDA, Elaine C. F. C. **Mediação Familiar: uma solução de conflitos no direito de família contemporâneo**. Monografia (Especialização Direito Civil). Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá/MT, 2017, p. 358.

ingresso da mulher no mercado de trabalho, bem como novas concepções acerca da criação dos filhos.⁶

No que tange à inserção da mulher no mercado de trabalho, ponto importantíssimo para a mudança de mentalidade patriarcal, discorre Felícia Zuardi Spinola Garcia, que:

“Somente com o advento do Estatuto da Mulher Casada, de 1962, como nos ensina Dimas Messias de Carvalho, a mulher conquistou o direito de poder exercer uma atividade profissional e lucrativa diversa da exercida pelo marido, passou a poder administrar o patrimônio adquirido como fruto de seu trabalho e, só então, pôde ajuizar ação sem a autorização de seu cônjuge. A mulher era considerada relativamente incapaz até aqui. Percebe-se que deste momento em diante, o Direito garante às mulheres o seu empoderamento.”⁷

Para Fernanda Tartuce, essa mudança do enfoque patriarcal fez com que as relações entre os entes familiares começassem a serem mais afetivas, necessitando dos operadores do direito maior sensibilidade para lidar com situações domésticas ao analisar o conceito de poder antes formado e a nova visão baseada no afeto e proteção.⁸

Ademais, cabe destacar que a proteção dos bens, muito valorizado pelo ordenamento jurídico antigo, perdeu espaço para a proteção do próprio indivíduo, sendo cada sujeito que compõe a família, um pilar estrutural da relação familiar.

Forçoso mencionar, ainda, que após o advento da Constituição Federal de 1988, o conceito de família obteve aperfeiçoamentos no ordenamento jurídico, oriundos de Emendas Constitucionais, criação de novas leis, jurisprudências, sendo como exemplo dessas inovações que objetivaram acompanhar as transformações da sociedade, o advento no Código Civil de 2002, a Lei Maria da Penha, a proteção das crianças e adolescentes, relações homoafetivas, união estável, divórcio direto, entre outros.⁹

Logo, é possível concluir que a Carta Magna de 1988 estabeleceu a família como pilar fundamental da sociedade, dando-lhe a proteção do Estado. Contudo, abriu

⁶ GARCIA, F. Z. S. **A evolução do direito das famílias e da condução de seus conflitos**: novos desafios para a sociedade. Fonte: Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2018.

⁷ GARCIA, F. Z. S. **A evolução do direito das famílias e da condução de seus conflitos**: novos desafios para a sociedade. Fonte: Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2018.

⁸ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 358.

⁹ GARCIA, F. Z. S. **A evolução do direito das famílias e da condução de seus conflitos**: novos desafios para a sociedade. Fonte: Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2018.

espaço para interpretação diversa daquela existente nos Códigos Civis anteriores, que estipulavam um único modelo familiar, constituído pelo matrimônio entre homens e mulheres, preocupando-se, desde sua criação, com as especificidades de cada indivíduo do núcleo familiar, criando inúmeros princípios que refletem no Direito das Famílias.

2.2 PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO DIREITO DE FAMÍLIA E SEUS REFLEXOS

Como anteriormente mencionado, a Constituição Federal de 1988 consolidou inúmeras evoluções sociais em nosso ordenamento jurídico, principalmente em relação às entidades familiares diante da proteção estatal e, se tratando de inovações nesse âmbito, os princípios do Direito de Família ganham grande destaque.

A seguir, serão apresentados determinados princípios que regem o Direito de Família, iniciando-se pelo princípio da dignidade da pessoa humana.

2.2.1. Princípio de proteção da dignidade da pessoa humana

O princípio da dignidade da pessoa humana está presente de forma expressa na CRFB/1988, em seu art. 1º, inc. III. Para Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona Filho, o princípio da dignidade da pessoa humana é um princípio geral apresentado pela Carta Magna e é a maior conquista do Direito Brasileiro na contemporaneidade.¹⁰

No entanto, nas palavras de Amanda Passos Gonçalves, “esse conceito está em construção permanentemente. O que se sabe a respeito, é que a dignidade humana é irrenunciável e inalienável, pois qualifica o homem”.¹¹

Intimamente ligado com o Direito de Família, a dignidade da pessoa humana é amparada pela constituição em diversos artigos ligados a assistência da família. Segundo Maria Berenice Dias¹²:

A dignidade da pessoa humana encontra na família o solo apropriado para florescer. A ordem constitucional dá-lhe especial proteção independentemente de sua origem. A multiplicação das entidades familiares preserva e desenvolve as qualidades mais relevantes entre os familiares - o afeto, a solidariedade, a união, o respeito, a confiança, o amor, o projeto de

¹⁰ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil - Direito de família** - vol. 6. – 11. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021, p. 28.

¹¹ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 6.

¹² DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** [livro eletrônico] – 4. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 35.

vida comum -, permitindo o pleno desenvolvimento pessoal e social de cada partícipe com base em ideais pluralistas, solidaristas, democráticos e humanistas.

Abstrai-se do art. 226, § 7º da CRFB/1988 que o princípio da dignidade da pessoa humana e a paternidade responsável são a base para a concepção de uma família estruturada. No mesmo sentido, o art. 227 dispõe que cabe a família, juntamente com a sociedade e o Estado, proteger seus filhos e lhes proporcionar os fundamentos mínimos para se ter uma vida digna, discorrendo no mesmo sentido o art. 230 da Carta Magna, sobretudo, em relação aos idosos.¹³

Para Amanda Passos Gonçalves¹⁴:

Não há um conceito definido sobre o que é a dignidade da pessoa humana. Porém, é um valor fundamental, reconhecido pela Constituição Federal de 1988, e que dentro do Direito das Famílias, norteia os demais princípios. Garante aos membros da entidade familiar a proteção constitucional garantida a estes, bem como o respeito que merecem. Tornou-se a base principal das relações familiares, além de trazer a personalização da família, desconstituindo a ideia de patrimonialização.

Diante do exposto, indiscutível a importância do princípio da dignidade da pessoa humana para a proteção e garantia individual de uma pessoa. Esse princípio, aliado com outros que serão apresentados na sequência, servem como base para decisões jurídicas relacionadas ao Direito de Família.

Assim, abordar-se-á, a seguir, o princípio da pluralidade das formas.

2.2.2. Princípios do pluralismo familiar

O princípio da pluralidade das formas das entidades familiares está previsto no art. 226, § 3º e § 4º da Constituição Federal de 1988, e tem como finalidade abranger todos os tipos de família formuladas com base na afetividade, diferindo-se do modo tradicional antes conhecido, da família estabelecida pelo matrimônio.¹⁵

Assim discorre o art. 226, § 3º e § 4º:

¹³ MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 35.

¹⁴GONÇALVES, Amanda Passos Gonçalves. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 7.

¹⁵ ARRUDA, Simone Floriano de. **Constelação Familiar**: ferramenta para auxiliar na resolução de conflitos no direito de família. Monografia (Bacharelado do Curso de Direito). Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL – Tubarão/SC, 2019, p. 34.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. [...] § 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. § 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.¹⁶

O rompimento do modelo tradicional de família abordada pelos parágrafos supramencionados é entendido, nas palavras de Maria Berenice Dias “como o reconhecimento pelo Estado da existência de várias possibilidades de arranjos familiares”.¹⁷

O doutrinador Rolf Madaleno, porém, destaca que:

Embora seja verdade que a Constituição Federal foi revolucionária ao expandir o conceito oficial de família e permitir o reconhecimento de outros modelos de relação familiar que não fossem obrigatoriamente ligados ao casamento, e diante dessa realidade estender à união estável e à família monoparental o mesmo braço protetor destinado ao matrimônio (CRFB, art. 226), **não é possível desconsiderar a pluralidade familiar e de cujo extenso leque o Estatuto da Criança e do Adolescente, com a incorporação dessa filosofia pluralista, reuniu em texto escrito o reconhecimento oficial de diferentes modelos de núcleos familiares: como a família natural, a família ampliada e a família substituta.** (Grifo nosso).¹⁸

Para Madaleno, ainda, a Constituição Federativa não pode restringir sua proteção apenas no casamento, na união estável e na relação monoparental, mas sim, tem o dever de proteger qualquer entidade familiar formada, independentemente de sua estrutura. Isso porque, prevê a Carta Magna em seu art. 226, que a família é a base da sociedade, bem como em seu art. 1º, III, sob efeito do princípio da dignidade da pessoa humana, que ao indivíduo não pode ser restringido seu direito de dignidade e, por essa razão, pode escolher como é construído seu núcleo familiar.¹⁹

Importante mencionar, nesse ponto, que as doutrinas e jurisprudências têm abordado os novos tipos de famílias presentes na atualidade, contudo, a liberdade de escolha do indivíduo na forma em que será constituída sua família, não afeta nos preceitos éticos e morais já constituídos pela coletividade.

¹⁶ BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

¹⁷ DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** [livro eletrônico] – 4. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 37.

¹⁸ MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 4.

¹⁹ MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 4.

À título de complemento ao exposto, Amanda dos Passos Gonçalves destaca que:

A exemplo da pluralidade das formas de família, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), em seu artigo 5º, inciso II, pela primeira vez, altera a dinâmica das relações homossexuais como entidades familiares, uma vez que aborda o seguinte: "II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa".²⁰

Assim, indiscutível que o modelo patriarcal de família, antes conhecida pelo matrimônio existente ente homem e mulher não é o único protegido desde a vigência da CRFB/1988. Existem vários modelos de famílias na contemporaneidade, como exemplo, as famílias formadas entre pessoas do mesmo sexo (homoafetivas), por apenas um genitor e os filhos, entre avós e netos, além de outros modelos presentes na sociedade, não sendo o matrimônio peça fundamental para constituição da entidade familiar, como era antigamente.

Assim, no próximo tópico, analisa-se o princípio da isonomia entre cônjuges e companheiros.

2.2.3. Princípio da isonomia entre cônjuges e companheiros

Por muitos anos sistema patriarcal reinou no âmbito familiar, sendo o homem, àquela época, o centro da relação conjugal. No entanto, a Constituição de 1988 também trouxe consigo, além dos princípios acima elencados, o princípio da isonomia.

O princípio da isonomia entre os cônjuges está presente no preâmbulo da Carta Magna vigente e no art. 5º, inciso I, do mesmo dispositivo. Essa previsão desconstruiu todo o período de submissão da mulher perante o homem construída por anos e proporcionou entre esses, a igualdade entre os gêneros.²¹

Nesse sentido, discorre Daniel Vinícius Ferreira da Silva que "podemos perceber que com a igualdade entre cônjuges o '*pater familias*' foi substituído pelo

²⁰GONÇALVES, Amanda Passos Gonçalves. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 5-6.

²¹ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 7.

poder familiar; já que por este princípio homem e mulher passaram a ter os mesmos direitos e deveres frente a família”.²²

No entendimento de Amanda Passos Gonçalves:

A primeira tentativa de dar isonomia a homens e mulheres foi através do Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121/1962), visto que a mulher não mais era obrigada a se submeter ao poder do marido, bem como continuava a ter sua plena capacidade civil, mesmo que fosse casada. Após, com a Lei do Divórcio (Lei 6.515/1977), novamente faz-se uma tentativa de dar mais igualdade aos cônjuges, na medida que foi dada a mulher a possibilidade de usar ou não o sobrenome do marido. Mas foi só em 1988 que a Constituição consagrou a igualdade entre marido e mulher.²³

Vale ressaltar que diante dos diversos modelos de família existentes atualmente, o princípio da isonomia não surge para igualizar homens e mulheres dentro de uma relação heteroafetiva matrimonial, mas também preconiza a igualdade nas relações da união estável e nas relações homoafetivas.

Ademais, quando se trata do princípio da isonomia dentro do âmbito familiar, é necessário destacar a igualdade dos genitores quando relacionado a decisões envolvendo seus filhos. Nos dizeres de Carlos Roberto Gonçalves:

“O parágrafo único do art. 1.517 do Código Civil que, em caso de “divergência entre os pais”, aplica-se o disposto no parágrafo único do art. 1.631, que assegura a qualquer dos genitores o direito de recorrer ao juiz para solução do desacordo verificado no exercício do poder familiar. Tal regra é resultante da isonomia conjugal consagrada na atual Constituição Federal, colocando marido e mulher em pé de igualdade, não mais prevalecendo a vontade paterna. A solução deve ser dada pelo juiz competente”.²⁴

Contudo, apesar de acertada a questão da isonomia entre a relação de homens e mulheres prevista na Constituição vigente, é necessário destacar que ainda existe uma fragilidade quando da aplicação dessa lei.²⁵

De acordo com as palavras de Sérgio Gischkow Pereira *apud* Rolf Madaleno:

[...] a realidade social, em milhões de casos, ainda permite encontrar uma mulher desamparada, fraca, subordinada, influenciável, enganável,

²² SILVA, Daniel Vinícius Ferreira da. **Princípios norteadores do Direito de Família**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF, 2017. (Itálicos no original).

²³ GONÇALVES, Amanda Passos. A mediação como meio de resolução de conflitos familiares. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 7.

²⁴ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro** – volume 6 : direito de família. – 18. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021, p. 25.

²⁵ MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 56.

amedrontável e submissa, e prossegue o festejado autor cogitando da formulação jurídica de imposição de mecanismos capazes de reduzir a desigualdade socioeconômica que ainda persiste entre as mulheres, crianças, adolescentes e idosos, para evitar que 'a igualdade constitucional se transforme em resultado negativo e pernicioso para a mulher' (...) 'em face de uma concreta situação, em muitos casos, de real inferioridade feminina'.²⁶

Assim, apesar de existir muita discriminação entre homens e mulheres e ainda poder ser visto impregnado na sociedade o modelo patriarcal em que o homem obtinha maiores direito perante a mulher no âmbito familiar, qualquer entendimento que menospreze a mulher no núcleo familiar deverá ser rechaçado, uma vez que não há distinção entre homens e mulheres nos arranjos familiares contemporâneos, sendo previsto pela Constituição a isonomia entre os cônjuges.

2.2.4. Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente

Outro princípio que é de suma importância para o Direito da Família e possui previsão constitucional, é o do melhor interesse da criança e do adolescente, que possui previsão no art. 227 da CRFB/1988, cominado com os arts. 4, *caput*, 5º e 6º da Lei nº 8.069/1990.²⁷

Assim prevê o art. 227 da CRFB/1988:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.²⁸

No mesmo sentido, preconiza os supramencionados artigos da Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA²⁹:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer,

²⁶ MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 56.

²⁷ GONÇALVES, Amanda Passos. A mediação como meio de resolução de conflitos familiares. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 9.

²⁸ BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

²⁹ BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Nota-se que o ECA preconiza que é dever das entidades familiares prestar todo o tipo de assistência à criança e ao adolescente, protegendo os seus direitos fundamentais, pois caso assim não o façam, serão punidos na forma da lei. Deve-se também destacar que cada situação relacionada à essas crianças e adolescentes será analisada com base no disposto no art. 6º da lei, com as devidas particularidades de cada caso.

Assim, nas palavras de Carlos Roberto Gonçalves, quando o direito familiar é invocado pelo judiciário:

Deve o juiz levar em conta a melhor solução para o interesse global da criança ou adolescente, não se olvidando de outros fatores igualmente relevantes como dignidade, respeito, lazer, esporte, profissionalização, alimentação, cultura etc. (ECA – Lei n. 8.069/90, art. 4º).³⁰

Vale destacar que o direito das crianças e adolescentes tem abrigo especial desde 1959, com a Declaração do Direito das Crianças. No entendimento de Rolf Madaleno:

A proteção especial da criança tem sua semente na Declaração dos Direitos da Criança proclamada em 1959, quando expôs no seu segundo princípio, gozar o infante desta proteção especial, devendo ser-lhe dadas oportunidades e facilidades legais e outros meios para o seu desenvolvimento psíquico, mental, espiritual e social em um ambiente saudável e normal, e em condições de liberdade e dignidade, e reafirmado no artigo 3º da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, que todas as decisões relativas a crianças, adotadas por instituições públicas ou privadas de proteção social, por tribunais, autoridades administrativas, ou órgãos legislativos, terão preferencialmente em conta o interesse superior da criança.³¹

³⁰ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro** – volume 6 : direito de família. – 18. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021, p. 110.

³¹ MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 57.

Analisando todo o contexto apresentado, nota-se que teve uma inversão dos interesses dentro da entidade familiar contemporânea, uma vez que atualmente os interesses dos menores sobressaem aos interesses de seus genitores, o que não ocorria antigamente.³²

No mesmo sentido, discorre Daniel Vinícius Ferreira da Silva, ao dizer que:

Com esse princípio houve uma inversão de prioridade na relação entre pais e filhos, na convivência familiar, nas situações de conflitos e até mesmo na separação do casal; isto porque o pátrio poder existia em razão do pai e com sua decadência e posterior mudança para poder familiar, o intuito dele é o interesse do menor.³³

Logo, avaliando todas as mudanças ocorrentes na sociedade que levaram ao interesse das crianças e adolescentes predominar sobre o de seus genitores dentro do núcleo familiar, há de se destacar que é dever do Estado, juntamente com a sociedade e a própria família, assegurar qualquer direito às crianças e aos adolescentes, analisando cada caso em apreço e aplicando as melhores medidas para atender de forma adequada as necessidades dos menores.

2.2.5. Princípio da afetividade

Como já destacado anteriormente, a família é a base da nossa sociedade, principalmente por ser ancorada pela afetividade existente entre seus membros, formadas por regras culturais, sociais, bem como por regras jurídicas.³⁴

Nesse viés, o princípio da afetividade é um dos principais princípios que regem o núcleo familiar e, ao contrário dos princípios já mencionados, não possui amparo constitucional em algum artigo específico.³⁵ No entendimento de Maria Helena Diniz,

³² GONÇALVES, Amanda Passos. A mediação como meio de resolução de conflitos **familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 9.

³³ SILVA, Daniel Vinícius Ferreira da. **Princípios norteadores do Direito de Família**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF, 2017.

³⁴ PASSANHA, Jackelline Fraga. **A afetividade como princípio fundamental para a estruturação familiar**. – IBDFAM – Vitória/ES, 2011, p. 1-2.

³⁵ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 10.

o princípio da efetividade nada mais é do que “corolário do respeito à dignidade da pessoa humana, norteador das relações familiares e da solidariedade familiar”.³⁶

No mesmo sentido, Maria Berenice Dias entende que:

O Estado impõe a si obrigações para com os seus cidadãos. Por isso a Constituição elenca um rol imenso de direitos individuais e sociais, como forma de garantir a dignidade de todos. Tal nada mais é do que o compromisso de assegurar afeto: o primeiro obrigado a assegurar o afeto por seus cidadãos é o próprio Estado.³⁷

Ainda, destaca a autora que:

Mesmo que a palavra afeto não esteja expressa na Constituição, a afetividade encontra-se enlaçada no âmbito de sua proteção. Calha um exemplo. A união estável é reconhecida como entidade familiar, merecedora da tutela jurídica. Como se constitui sem o selo do casamento, isso significa que a afetividade, que une e enlaça as pessoas, adquiriu reconhecimento e inserção no sistema jurídico. Ocorreu a constitucionalização de um modelo de família eudemonista e igualitário, com maior espaço para o afeto e a realização individual.³⁸

Incontroverso que apesar da omissão constitucional acerca do princípio da afetividade de forma expressa, cabe ao Estado protegê-lo, juntamente com os demais princípios que regem o Direito de Família, uma vez que existem diversos outros modelos de famílias na atualidade, além dos biológicos.

Carlos Roberto Gonçalves, em sua obra Direito Civil Brasileiro, destaca que ao utilizar a expressão “*outra origem*”, o art. 1.593 do Código Civil, “abre espaço ao reconhecimento da paternidade desbiologizada ou socioafetiva”, formadas principalmente pelo vínculo da afetividade, muitas vezes mais importante para os entes familiares, do que o próprio laço sanguíneo.³⁹

³⁶ DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro, 5º volume: direito de família / Maria Helena Diniz. – 23. ed. ver., atual. e ampl. de acordo com a Reforma do CPC e com o Projeto de Lei n. 276/2007. – São Paulo: Saraiva, 2008, p. 24.

³⁷ DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** [livro eletrônico] – 4. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 39.

³⁸ DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** [livro eletrônico] – 4. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 39.

³⁹ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro** – volume 6 : direito de família. – 18. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021, p. 119. (Itálicos no original).

Corroborando com o acima exposto, no entendimento de Amanda Passos Gonçalves, “o afeto por vezes passou a preponderar, por muitas vezes deixando os vínculos biológicos, consanguíneos, de lado”.⁴⁰

Um exemplo, na prática, que reflete exatamente o que vem a ser o princípio da afetividade nas relações familiares hodiernas é a paternidade sócio afetiva, a qual o novo integrante do núcleo familiar reconhece como de criação, os filhos já existentes pelo parceiro.

Ademias, cabem mencionar também o entendimento de Paulo Lobo *apud* Elaine C. F. C. Arruda, o qual ressalta que no princípio da afetividade “o sentimento de solidariedade recíproca não pode ser perturbado pela preponderância de interesses patrimoniais”, destacando-se alguns artigos constitucionais que amparam esse modo de pensar⁴¹, veja-se:

1. A igualdade de todos os filhos independentemente de origem (CRFB 227 §6º);
2. A adoção, como escolha afetiva com igualdade de direitos (CRFB 227 §§ 5º E 6º);
3. A comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, incluindo assim os adotivos, com mesma dignidade de família (CRFB 226 §4º);
4. O direito à convivência familiar como prioridade integral da criança, do adolescente e do jovem (CRFB 227).⁴²

No mesmo sentido, o princípio da afetividade é peça fundamental para basear alguns artigos do Código Civil, como bem destaca Rolf Madaleno, *in verbis*:

Maior prova da importância do afeto nas relações humanas está na igualdade da filiação (CC, art. 1.596), na maternidade e paternidade socioafetivas e nos vínculos de adoção, como consagra esse valor supremo ao admitir outra origem de filiação distinta da consanguínea (CC, art. 1.593), ou ainda através da inseminação artificial heteróloga (CC, art. 1.597, inc. V); na comunhão plena de vida, só viável enquanto presente o afeto, ao lado da solidariedade, valores fundantes cuja soma consolida a unidade familiar, base da sociedade a merecer prioritária proteção constitucional.⁴³

⁴⁰ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 11.

⁴¹ ARRUDA, Elaine C. F. C. **Mediação Familiar: uma solução de conflitos no direito de família contemporâneo**. Monografia (Especialização Direto Civil). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá/MT, 2017, p. 38.

⁴² ARRUDA, Elaine C. F. C. **Mediação Familiar: uma solução de conflitos no direito de família contemporâneo**. Monografia (Especialização Direto Civil). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá/MT, 2017, p. 38.

⁴³ MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 99.

É por isso que a afetividade é um princípio basilar para o Direito de Família, que veio a ser melhor constituído atualmente, com as novas concepções de modelo familiar, principalmente depois da desconstrução presente na Carta Constitucional, ao trazer em 1988, que a entidade familiar poderia ser constituída pelo casamento entre homens e mulheres, bem como por outros arranjos familiares.

2.2.6. Princípio da paternidade responsável

Como mencionado no tópico anterior, o afeto é essencial para a formação de personalidade de uma criança, necessitando aos seus genitores, proporcionar-lhes todo o carinho necessário para o seu desenvolvimento saudável. Para Maria Berenice Dias, “a enorme evolução das ciências psicossociais escancarou a decisiva influência do contexto familiar para o desenvolvimento sadio de pessoas em formação”,⁴⁴ motivo pelo qual surgiu o conceito de paternidade responsável.

O princípio da paternidade responsável tem previsão constitucional no art. 226, § 7º, no Código Civil Brasileiro de 2002 e também foi abarcada pelo Decreto nº 99.710/1990, que dispõe acerca da Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil em 1990.⁴⁵

Nos dizeres de Valéria Silva Galdino Cardin, “o planejamento familiar, quando associado à paternidade responsável, beneficia as crianças, na medida em que os pais proporcionem a devida assistência moral, afetiva, intelectual e material”.⁴⁶

Percebe-se, então, que a paternidade responsável dever ser aplicada pelos pais desde a concepção da criança, ou, no caso de filhos adotivos, desde que iniciado o processo de adoção. Essa é uma das premissas essenciais para que sejam garantidos aos infantes todos os princípios constitucionais que lhe são devidos.

Para Carlos Roberto Gonçalves “o poder familiar é instituído no interesse dos filhos e da família, não em proveito dos genitores, em atenção ao princípio da paternidade responsável insculpido no art. 226, § 7º, da Constituição Federal”⁴⁷. Aliás, cabe ressaltar que não há distinção entre os genitores na paternidade responsável,

⁴⁴ DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** [livro eletrônico] – 4. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 80-81.

⁴⁵ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 12.

⁴⁶ CARDIN, Valéria Silva Galdino. **Do planejamento familiar, da paternidade responsável e das políticas públicas**. Instituto Brasileiro de Direito de Família-IBDFAM, Maringá/PR, 2009, p. 6.

⁴⁷ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro – volume 6 : direito de família**. – 18. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021, p. 163.

diante do princípio da isonomia entre cônjuges e companheiros, mencionado anteriormente.

Amanda Passos Gonçalves destaca que:

Ainda, esse princípio foi inserido no texto da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – dispondo sobre o estado de filiação, o qual é um direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, que pode ser exercido contra os pais ou seus herdeiros, quando estes já forem falecidos.⁴⁸

É certo que apesar da Constituição Federal de 1988 estar repleta de princípios que protegem a entidade familiar, dispondo sobre o dever da paternidade responsável, juntamente ligado com planejamento familiar, não há de se olvidar que faltam políticas públicas que fomentem a proteção e instruem essas famílias acerca dessas previsões constitucionais.⁴⁹

Maria Berenice Dias, no entanto, preconiza que:

Conceder interpretação literal a dispositivo que se encontra fora do livro do direito das famílias e divorciado de tudo que vem sendo construído para prestigiar a paternidade responsável é incentivar o desfazimento dos elos afetivos das relações familiares. A responsabilidade dos pais é objetiva (CC 933), o que lhes confere plena atuação aos princípios da paternidade responsável e do melhor interesse da criança e do adolescente, deixando clara a importância do papel que devem desempenhar no processo de educação e desenvolvimento da personalidade dos mesmos. Assim, o patrimônio de ambos os genitores, e não só o do guardião, deve responder pelos danos causados pelos filhos.⁵⁰

É possível abstrair do entendimento da autora que é dever de ambos os genitores proporcionar a paternidade responsável e, quando se trata da esfera patrimonial, caso sobressaia algum dano realizado por seus filhos, de forma igualitária, pai e mãe responderão com seus respectivos patrimônios.

Logo, este princípio é um direito a ser priorizado e aplicado com os demais princípios Constitucionais, como o princípio da isonomia entre os cônjuges e o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.

⁴⁸ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 12.

⁴⁹ CARDIN, Valéria Silva Galdino. **Do planejamento familiar, da paternidade responsável e das políticas públicas**. Instituto Brasileiro de Direito de Família-IBDFAM, Maringá/PR, 2009, p. 7.

⁵⁰ DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** [livro eletrônico] – 4. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 381.

2.2.7. Princípio da solidariedade familiar no Direito das Famílias

O princípio da solidariedade destaca, à priori, o dever de solidariedade que os indivíduos necessitam ter um com o outro, possuindo amparo da Carta Magna de 1988 em seu preâmbulo, bem como no art. 3º, inciso I do mesmo dispositivo.

Para Maria Berenice Dias:

Esse princípio, que tem origem nos vínculos afetivos, dispõe de acentuado conteúdo ético, pois contém em suas entranhas o próprio significado da expressão solidariedade, que compreende a fraternidade e a reciprocidade. A pessoa só existe enquanto coexiste. O princípio da solidariedade tem assento constitucional, tanto que seu preâmbulo assegura uma sociedade fraterna.⁵¹

Ademais, ressalta a autora:

Basta atentar que, em se tratando de crianças e de adolescentes, é atribuído primeiro à família, depois à sociedade e finalmente ao Estado o dever de garantir com absoluta prioridade os direitos inerentes aos cidadãos em formação (CRFB 227). Impor aos pais o dever de assistência aos filhos decorre do princípio da solidariedade (CRFB 229). O mesmo ocorre com o dever de amparo às pessoas idosas (CRFB 230).⁵²

No que se refere ao Código Civil, o princípio da solidariedade está presente no art. 1.511 dispõe que “o casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges”⁵³, ou seja, nas palavras de Amanda Passos Gonçalves, quando se “afirma que o casamento é ‘comunhão plena de vida’, ou quando impõe a obrigação alimentar de forma solidária entre os integrantes da família”,⁵⁴ está se tratando do referido princípio.

Já Flávio Tartuce *apud* Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho, discorre acerca do princípio da solidariedade relacionado a necessidade de alimentos tanto para os infantes, quanto para aos companheiros, destacando que:

“Por razões óbvias, esse princípio acaba repercutindo nas relações familiares, já que a solidariedade deve existir nesses relacionamentos

⁵¹ DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** [livro eletrônico] – 4. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 37.

⁵² DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** [livro eletrônico] – 4. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 37.

⁵³ BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. PL 634/1975.

⁵⁴ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 12.

personais. Isso justifica, entre outros, o pagamento dos alimentos no caso de sua necessidade, nos termos do art. 1.694 do atual Código Civil.

A título de exemplo, o Superior Tribunal de Justiça aplicou o princípio em questão considerando o dever de prestar alimentos mesmo nos casos de união estável constituída antes de entrar em vigor a Lei n. 8.971/94, o que veio a tutelar os direitos da companheira. Reconheceu-se, nesse sentido, que a norma que prevê os alimentos aos companheiros é de ordem pública, o que justificaria a sua retroatividade”.⁵⁵

Rolf Madaleno, nesse sentido, aduz que deverá ter solidariedade entre os cônjuges pela previsão do art. 1.566 do CC/2002, bem como nos casos de união estável. Isso porque, para o autor “a solidariedade é princípio e oxigênio de todas as relações familiares e afetivas, porque esses vínculos só podem se sustentar e se desenvolver em ambiente recíproco de compreensão e cooperação”, existindo sempre que houver necessidade”.⁵⁶

Assim, indiscutível que o princípio da solidariedade é de suma importância para o Direito da Família, contudo, quando da existência de conflitos familiares dentro de uma instituição familiar, afasta-se o referido princípio e inicia-se a resolução desses conflitos.⁵⁷

No entanto, em busca de conseguir resolver os conflitos dentro de um núcleo familiar em crise, necessário se faz a melhor compreensão das formações familiares no direito civil contemporâneo, o que será abordado a seguir.

2.3 FORMAÇÕES FAMILIARES NO DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO

Desde a promulgação da Constituição Federativa de 1988, o Brasil passou por diversas modificações envolvendo o Direito de Família, principalmente quanto o avanço à proteção dos diversos modelos de família existentes na atualidade, isso porque, nos dias atuais, o indivíduo busca se relacionar com o outro de forma igualitária e a CRFB/1988 proporciona todo o amparo necessário para isso.

No entanto, como bem destaca Maria Berenice Dias, quando se fala em modelo de família convencional, vem-se a mente o núcleo familiar constituído por “um homem e uma mulher unidos pelo casamento, com o dever de gerar filhos, até que a morte os separe mesmo na pobreza, na doença e na tristeza”. Ocorre que famílias que se

⁵⁵ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil** - Direito de família - vol. 6. – 11. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021, p. 36.

⁵⁶ MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 94.

⁵⁷ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 13.

desviam do modelo tradicional estão cada vez mais presentes na nossa sociedade e a “a convivência com famílias recompostas, monoparentais, homoafetivas, impõe que se reconheça que seu conceito se pluralizou”.⁵⁸

Eduardo Barbosa e Rolf Madaleno destacam que:

A abertura a novos arranjos familiares – que não devem ser vistos como novos “modelos”, “tipos” ou “caixinhas” onde se vão inserindo esta ou aquela família, mas, antes, como a conquista da desimportância do modelo que cada família opta por seguir, para fins de atração das garantias e direitos que são assegurados pelo Direito de Família independentemente do tipo de arranjo familiar – renovou as relações familiares, contribuindo para abandonassem a tradicional hierarquização e, enfim, se democratizassem, tornando-se mais igualitárias no papel e na vida. A igualdade entre cônjuges, companheiros e afins, associada ao reconhecimento do direito das crianças e adolescentes de participarem ativamente de seus processos de criação e educação, fizeram com que o Direito de Família assumisse sua verdadeira vocação: que não é a de proteger o status quo, mas de pavimentar o caminho para relações familiares cada vez mais livres e equilibradas.⁵⁹

E, para Maria Berenice Dias:

O novo modelo da família funda-se sobre os pilares da repersonalização, da afetividade, da pluralidade e do eudemonismo, impingindo nova roupagem axiológica ao direito das famílias. Agora, a tônica reside no indivíduo, e não mais nos bens ou coisas que guarnecem a relação familiar. A família-instituição foi substituída pela família-instrumento, ou seja, ela existe e contribui tanto para o desenvolvimento da personalidade de seus integrantes como para o crescimento e formação da própria sociedade, justificando, com isso, a sua proteção pelo Estado.⁶⁰

Nesse viés, o Código Civil de 1916, que trouxe a família matrimonial como único modelo a ser seguido, tornou-se obsoleta quando comparada com as transformações da sociedade, surgindo, nesse viés, novos modelos de famílias reconhecidas pelo legislador, seja pelo advento do Código Civil de 2002, seja pela própria jurisprudência.

2.3.1. Família Matrimonial

A Família Matrimonial foi a primeira espécie da família constituída e reconhecida na relação civilista.

Elaine Cristina Faria da Costa Arruda destaca que, “tanto o Estado como a igreja sempre intrometeram na vida das pessoas, entretanto na tentativa de limitar o

⁵⁸ DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** [livro eletrônico] – 4. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 108.

⁵⁹ BARBOSA, Eduardo; MADALENO, Rolf. **Responsabilidade civil no direito de família** / coordenadores Rolf Madaleno; Eduardo Barbosa. – São Paulo: Atlas, 2015, p. 33.

⁶⁰ DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** [livro eletrônico] – 4. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 110.

livre exercício da sexualidade e garantir a perpetuação da espécie, impondo padrões de moralidade”.⁶¹

No mesmo sentido, destaca Maria Berenice Dias:

A Igreja Católica consagrou a união entre um homem e uma mulher como sacramento indissolúvel : até que a morte os separe. As únicas relações afetivas aceitas são as decorrentes do casamento entre um homem e uma mulher, em face do interesse na procriação. Daí a origem do débito conjugal como obrigação à prática da sexualidade. A máxima *cresceimultiplicai-vos* [sic] atribuiu à família a função reprodutiva com o fim de difundir a sua fé. Aliás, outro não é o motivo para ser vedado, de modo irresponsável, o uso de contraceptivos. O casamento religioso pode ser anulado se algum dos cônjuges for estéril ou impotente.⁶²

Nada obstante, destaca-se que a própria Bíblia traz o conceito de concepção entre homens e mulheres a única possível para concepção do matrimônio, bem como não legitima a relações entre pessoas do mesmo sexo e nem filhos fora do casamento.

Nesse modelo de família, a predominância do homem na relação conjugal era tão acentuada, que a ele era tolerado a traição e, caso sobreviesse dessa relação extraconjugal o nascimento de uma criança, o homem tinha certeza que seu patrimônio somente iria para os filhos legítimos, oriundos do casamento.⁶³

Na família matrimonial, o homem gerava os filhos perpetuando a cultura patriarcal, onde o homem comandava, os filhos eram destinados ao trabalho e juntamente com a esposa, lhe deviam obediência. Como a conservação do patrimônio era algo somente existente na família oriunda do casamento, e até o surgimento da Lei nº 6.515/77 não se falava em separação ou divórcio, qualquer vínculo extraconjugal não era protegido pela lei. Ocorre que com o surgimento da Lei nº 6.515/77, que permitia mais um novo casamento dos cônjuges, fomentou o surgimento da Lei nº 7.841/89, possibilitando que esses se divorciassem mais de uma vez.⁶⁴

Apenas à título de conhecimento, destaca Maria Berenice Dias que “foi a Lei do Divórcio, que, em 1977, consagrou a dissolução do vínculo matrimonial, mudou o

⁶¹ ARRUDA, Elaine C. F. C. **Mediação Familiar**: uma solução de conflitos no direito de família contemporâneo. Monografia (Especialização Direto Civil). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá/MT, 2017, p. 40.

⁶² DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** [livro eletrônico] – 4. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 110.

⁶³ MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 8.

⁶⁴ ARRUDA, Elaine C. F. C. **Mediação Familiar**: uma solução de conflitos no direito de família contemporâneo. Monografia (Especialização Direto Civil). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá/MT, 2017, p. 41.

regime legal de bens para o da comunhão parcial e tornou facultativa a adoção do nome do marido”.⁶⁵

Apesar dos avanços em relação ao casamento existente antes do surgimento da Carta Magna de 1988, esse ainda era o único conhecido e protegido pelo ordenamento jurídico antes da promulgação constitucional, essa, que reconheceu outros modelos de entidades familiar.⁶⁶ Contudo, vale mencionar que o modelo patriarcal ainda está muito enraizado na nossa cultura, apesar de o casamento não ser mais fundamental para constituição de um núcleo familiar.

2.3.2. Família Informal

Tão antiga quanto a família matrimonial, a família informal sempre existiu na sociedade, entretanto não era regularizada pelo direito brasileiro, justamente por não preencher os requisitos do matrimônio.

Nesse sentido, os magistrados quando se deparavam com o rompimento dessas relações informais, por não haver previsão legal que as amparavam, necessitaram criar meios para impedir injustiças.⁶⁷

Ocorre que esse modelo de família ganhou reconhecimento expresso pela Constituição devido as mudanças ocorridas na sociedade e, nas palavras de Rodrigo da Cunha Pereira, ao contrário das relações matrimoniais, “na maioria das vezes não há um contrato ou alguma formalidade regulamentando as regras patrimoniais ou pessoais daquela relação”.⁶⁸

Para Silvio Salvo Venosa:

A família informal foi a resposta hodierna à evolução, não podendo mais ser tratada como uma entidade marginalizada. O concubinato, termo que a legislação atual brasileira evita, preferindo mencionar a união estável, cria essas relações informais. Na verdade, a Constituição de 1988 elevou a dignidade do concubinato, passando a denominá-lo união estável.⁶⁹

⁶⁵ DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** [livro eletrônico] – 4. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 111.

⁶⁶ ARRUDA, Elaine C. F. C. **Mediação Familiar: uma solução de conflitos no direito de família contemporâneo**. Monografia (Especialização Direto Civil). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá/MT, 2017, p. 41.

⁶⁷ ARRUDA, Elaine C. F. C. **Mediação Familiar: uma solução de conflitos no direito de família contemporâneo**. Monografia (Especialização Direto Civil). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá/MT, 2017, p. 42.

⁶⁸ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das famílias** / Rodrigo da Cunha Pereira. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 30.

⁶⁹ VENOSA, Sílvio de Salvo, 1945 - **Direito Civil: família e sucessões**, volume 5 / Sílvio de Salvo Venosa. – 21. ed. – São Paulo: Atlas, 2021, p. 31.

Já, Maria Berenice Dias discorre que:

Essas estruturas familiares, ainda que rejeitadas pela lei, acabaram aceitas pela sociedade, fazendo com que a Constituição as albergasse no conceito de entidade familiar. Chamou-as de união estável, mediante a recomendação de promover sua conversão em casamento, norma que, no dizer de Giselda Hironaka, é a mais inútil de todas as inutilidades. A legislação infraconstitucional que veio regular essa nova espécie de família acabou praticamente copiando o modelo oficial do casamento. O Código Civil impõe requisitos para o reconhecimento da união estável, gera deveres e cria direitos aos conviventes. Assegura alimentos, estabelece o regime de bens e garante ao sobrevivente direitos sucessórios. Aqui também pouco resta à vontade do par, sendo possível afirmar que a união estável transformou-se em um casamento por usucapião, ou seja, o decurso do tempo confere o estado de casado. A exaustiva regulamentação da união estável gera um dirigismo não querido pelos conviventes, uma vez que optaram por não casar. Eles escolheram seu próprio caminho e não desejam qualquer interferência. Como são relações de caráter privado, cabe questionar a legitimidade de sua judicialização coacta.⁷⁰

Observa-se que em diversos artigos do código Civil de 2002 mencionam a família informal, como união estável e, especificamente, no Título III desse dispositivo legal, existe um capítulo inteiro que versa sobre a União Estável e acaba por criar requisitos para a constituição dessa entidade familiar informal.

No entendimento de Silvio Salvo Venosa:

Em nosso país, a Constituição de 1988 representou, sem dúvida, o grande divisor de águas do direito privado, especialmente, mas não exclusivamente, nas normas de direito de família. O reconhecimento da união estável como entidade familiar (art. 226, § 7o) representou um grande passo jurídico e sociológico em nosso meio. É nesse diploma que se encontram princípios expressos acerca do respeito à dignidade da pessoa humana (art. 1o, III). Nesse campo, situam-se os institutos do direito de família, o mais humano dos direitos, como a proteção à pessoa dos filhos, direitos e deveres entre cônjuges, igualdade de tratamento entre estes etc.⁷¹

Logo, com a regulamentação da União Estável é possível que as famílias informais, rejeitadas por longas décadas pelo ordenamento jurídico, tenham o direito de serem aparadas pela legislação, levando-se em consideração as peculiaridades existentes em cada núcleo familiar na hora da decisão judicial.

⁷⁰ DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** [livro eletrônico] – 4. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 111.

⁷¹ VENOSA, Sílvio de Salvo, 1945 - **Direito Civil**: família e sucessões, volume 5 / Sílvio de Salvo Venosa. – 21. ed. – São Paulo: Atlas, 2021, p. 30.

2.3.3. Famílias Paralelas ou Simultâneas

As entidades familiares paralelas ou simultâneas, aquelas em que um indivíduo possui relação afetiva e sexual com mais de uma pessoa ao mesmo tempo, estão cada vez mais presentes no nosso cotidiano, apesar de não terem previsão legal para serem defendidas pelo Estado.⁷² No entendimento de Elaine Cristina Faria Costa Arruda, “para validade desse arranjo familiar e por consequência a atribuição da eficácia jurídica adequada é necessária à verificação da boa-fé objetiva”.⁷³

Para Maria Berenice Dias:

A origem judaico-cristã da sociedade ocidental sempre repudiou esta realidade que sempre existiu. Não adianta determinação legal que impõe o dever de fidelidade no casamento, e o dever de lealdade na união estável. Nada consegue sobrepor-se a uma realidade histórica, fruto de uma sociedade patriarcal e muito machista. Mesmo sendo casados ou tendo uma companheira, homens partem em busca de novas emoções sem abrir mão dos vínculos familiares que já possuem. Eles dispõem de habilidade para se desdobrar em dois relacionamentos simultâneos: dividem-se entre duas casas, mantêm duas mulheres e têm filhos com ambas. Quer se trate de um casamento e uma união estável, quer duas ou até mais uniões estáveis. É o que se chama de famílias simultâneas. Expressão preferível a famílias paralelas, porque linhas paralelas nunca se encontram, e a simultaneidade, muitas vezes, é conhecida e até aceita.⁷⁴

No entanto, vale destacar que, como bem mencionado por Rodrigo da Cunha Pereira, apesar da união estável ter precisão nos arts. 1.723 a 1.727 do Código Civil de 2002, as famílias simultâneas continuam sendo encaradas como concubinato. Ocorre que no entendimento do autor:

A jurisprudência brasileira tem flexibilizado o princípio da monogamia ao ponderá-lo com outros princípios norteadores do Direito de Família, como o da dignidade e responsabilidade, para atribuir direitos às famílias que se constituem paralelamente a um casamento ou a uma união estável. Em um Estado que se proclama democrático, e orientado pelo princípio pluralista inclusivo, não há lugar para o regramento unívoco da conjugalidade.⁷⁵

⁷² ARRUDA, Simone Floriano de. **Constelação Familiar**: ferramenta para auxiliar na resolução de conflitos no direito de família. Monografia (Bacharelado do Curso de Direito). Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL – Tubarão/SC, 2019, p. 27.

⁷³ ARRUDA, Elaine C. F. C. **Mediação Familiar**: uma solução de conflitos no direito de família contemporâneo. Monografia (Especialização Direito Civil). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá/MT, 2017, p. 42.

⁷⁴ DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** [livro eletrônico] – 4. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 112.

⁷⁵ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das famílias** / Rodrigo da Cunha Pereira. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 34.

Nesse viés, quando reconhecida uma união estável, com vínculo público, contínuo e duradouro, não há como não estabelecer direitos à essa nova família também, mesmo havendo outro matrimônio ou união estável paralela ou simultânea.

Nas palavras de Silvio de Salvo Venosa:

Os tribunais, sem poder fugir a uma realidade sociológica, por vezes reconhecem uniões concomitantes, relacionamentos afetivos paralelos ou adulterinos, que no passado seriam tachados de concubinatos impuros. Como sempre afirmamos, a realidade sempre estará além da ficção. O caso concreto dará a solução, inclusive com repercussões no direito sucessório.⁷⁶

Uma coisa é fato, atualmente no judiciário, decisões reconhecendo direitos a uniões paralelas tem se tornado frequentes, contudo, quando proferidas, baseiam-se no princípio da boa-fé, fundamentando que não cabe ao Estado negar a realidade fática da situação e desconhece-la no Direito de Família.⁷⁷

2.3.4. Família Poliafetiva

A entidade familiar constituída pela união poliafetiva nada mais é do que um indivíduo convivendo com mais de uma pessoa, como se casados fossem, de forma afetuosa. Preconiza Rodrigo da Cunha Pereira que:

A família poliafetiva distingue-se da família simultânea/paralela, pois na poliafetiva todos consentem, interagem, relacionam entre si, respeitam-se mutuamente e geralmente vivem sob o mesmo teto, isto é, em conjunto. Nas famílias simultâneas, elas não são conjuntas, mas paralelas e, geralmente, uma das partes não sabe da existência da outra. São núcleos familiares distintos, enquanto na família poliafetiva tem-se um mesmo núcleo.⁷⁸

Ou seja, é uma única entidade familiar, convivendo no mesmo domicílio, em situações análogas a um matrimônio, diferenciando-se apenas pelo número de integrantes do núcleo familiar.

Para Maria Berenice Dias “o tratamento jurídico à poliafetividade deve ser idêntico ao estabelecido às demais entidades familiares reconhecidas pelo direito”.⁷⁹

Isso porque, nas palavras de Silvio de Salvo Venosa:

⁷⁶ VENOSA, Sílvio de Salvo, 1945 - **Direito Civil**: família e sucessões, volume 5 / Sílvio de Salvo Venosa. – 21. ed. – São Paulo: Atlas, 2021, p. 31.

⁷⁷ MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 16.

⁷⁸ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das famílias** / Rodrigo da Cunha Pereira. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 36.

⁷⁹ DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** [livro eletrônico] – 4. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 113.

[...] não estão os tribunais impedidos de reconhecer, por exemplo, uniões estáveis concomitantes, como ocorre ora e vez, nem outras formas de convivência conjugal que só a realidade pode atestar, sob o prisma que se convencionou denominar poliamor.⁸⁰

Assim, conforme prevê o art. 226 da CRFB/1988, não existe famílias não legitimadas, devendo o Estado, laico e democrático, se isentar de intervir nas relações privados não patrimoniais, priorizando a dignidade do sujeito e a liberdade desse em compor seu arranjo familiar.⁸¹

Sendo a poliafetividade um conceito de família divergente da cultura judaico-cristã, enraizada em nossa sociedade por meio da monogamia, para Teresa Cristina da Cruz Camelo, diante dos princípios da dignidade da pessoa humana, do pluralismo familiar e da isonomia das entidades familiares, dentro outros originados com a CRFB/1988, ser a monogamia o único modelo a ser seguido seria um retrocesso, mesmo que esteja enraizado em nossa cultura ocidental a monogamia, bem como a poliafetividade seja visto por muitos como imoral.⁸²

Ante o exposto, observa-se que a entidade familiar poliafetiva diverge completamente da monogâmica presente na cultura judaico-cristã que por muitos anos prevaleceu em nosso ordenamento jurídico, no entanto, com a democratização e os princípios brotados com a Constituição Federal de 1988, essa nova e peculiar forma de composição de núcleo familiar não pode ser desconsiderada perante os tribunais.

2.3.5. Família Monoparental

A Constituição Federal, ao abranger o conceito de família, no art. 226, § 4º, trouxe também como entidade familiar àquela constituída por apenas um genitor, seja esse a figura materna ou paterna, juntamente com seus descendentes.⁸³

⁸⁰ VENOSA, Sílvio de Salvo, 1945 - Direito Civil: família e sucessões, volume 5 / Sílvio de Salvo Venosa. – 21. ed. – São Paulo: Atlas, 2021, p. 30.

⁸¹ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das famílias** / Rodrigo da Cunha Pereira. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 37.

⁸² CAMELO, Teresa Cristina da Cruz. **União poliafetivas como hipótese de formação de família e a discussão envolvendo a partilha *inter vivos***. (Doutorado do Curso de Direito). Pontifca Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, 2019, p. 123.

⁸³ DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** [livro eletrônico] – 4. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 114.

Nas palavras de Rodrigo da Cunha Pereira, “as famílias monoparentais podem ser constituídas pelo pai ou mãe viúvos, mãe ou pai solteiros, ou seja, pode ser constituída por escolha, planejada ou não”, e ainda, destaca o autor que “a família monoparental pode ser também constituída pela avó/avô, seus netos, ou um parente, ou mesmo um terceiro qualquer “chefiando” a criação de um ou mais filhos”.⁸⁴

Para Rolf Madaleno:

As causas desencadeadoras da monoparentalidade apontam para a natalidade de mães solteiras, inclusive por técnicas de inseminação artificial, até mesmo post mortem e motivos ligados a uma prévia relação conjugal (não necessariamente oriunda do casamento, mas da conjugação de interesses em uma vida comum), com separação de fato, separação de direito, divórcio, nulidade ou anulação do casamento, ou viuvez.⁸⁵

Muito comum na atualidade, a “produção independente” é um tipo de família monoparental, onde a genitora ou genitor optam por gerar um descendente sem a figura paterna ou materna, seja por fecundação artificial, ou até mesmo natural, com ou sem consentimento do parceiro sexual, uma vez que nesse caso, esse é apenas doador genético.⁸⁶

Ademais, vale mencionar que cabem os mesmos efeitos jurídicos da relação monoparental à adoção de uma criança por apenas um só genitor, prevendo a Constituição Federal, em seu art. 227, parágrafo 6º, que esse modelo de família também necessita de proteção do Estado.⁸⁷

2.3.6. Família Homoafetiva

A Família Homoafetiva é formada por pessoas do mesmo sexo, seja por intermédio da união estável, ou até mesmo pelo casamento. Conforme menciona Rodrigo da Cunha Pereira:

Até o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da ADIn 4277 e ADPF 132, em 05/05/2011, os tribunais estaduais tinham posições oscilantes sobre o reconhecimento desta formatação de família. O reconhecimento de tal configuração familiar passou pelo mesmo processo histórico de legitimação

⁸⁴ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das famílias** / Rodrigo da Cunha Pereira. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 22.

⁸⁵ MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 9.

⁸⁶ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das famílias** / Rodrigo da Cunha Pereira. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 23.

⁸⁷ ARRUDA, Elaine C. F. C. **Mediação Familiar: uma solução de conflitos no direito de família contemporâneo**. Monografia (Especialização Direto Civil). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá/MT, 2017, p. 45.

das uniões estáveis heteroafetivas, que só foram reconhecidas como famílias com a Constituição da República de 1988.⁸⁸

Apesar da branda aceitação no mundo acerca do reconhecimento da união homoafetiva, quando comparadas com uma entidade familiar tradicional, ainda há uma carência de proteção jurídica estatal para casais do mesmo sexo.⁸⁹

Para Maria Berenice Dias, não há outra forma de encarar o posicionamento da Constituição, que não seja a do preconceito, quando expressamente dá amparo jurisdicional as uniões estáveis entre homens e mulheres, excluindo o vínculo de afeto entre pessoas do mesmo sexo, sendo que, conforme prevê o 1º, inciso III da CRFB/1988, de acordo com a cláusula pétrea e o princípio da dignidade da pessoa humana, qualquer um carece de proteção do Estado.⁹⁰

Para Simone Floriano de Arruda, a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF – da ADIn n. 4277, em maio de 2011 “provocou resistência e críticas da comunidade jurídica por entenderem que o posicionamento do STF não estaria baseado em uma interpretação possível do texto constitucional, extrapolando, com isso, os limites de sua função.”⁹¹

Sobre o assunto, Elaine Cristina Faria da Costa Arruda discorre que:

As questões das uniões formadas entre pessoas do mesmo sexo, mesmo sendo amplamente discutido pela sociedade, ainda não encontrou espaço nas legislações brasileiras, seja em sede constitucional ou infraconstitucional. Por causa desse conceito as inúmeras decisões judiciais atribuindo consequências jurídicas a essas relações levou o supremo tribunal federal a reconhecê-las como união estável com iguais direitos e deveres.⁹²

Esse também é o entendimento de Flavio Tartuce, que frisa que cabe a jurisprudência e a doutrina reconhecer essa entidade familiar, adequando a norma ao fato social, conforme diversas decisões atuais sobre o tema.⁹³

⁸⁸ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das famílias** / Rodrigo da Cunha Pereira. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 32.

⁸⁹ MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 30.

⁹⁰ DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** [livro eletrônico] – 4. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 112.

⁹¹ ARRUDA, Simone Floriano de. **Constelação Familiar: ferramenta para auxiliar na resolução de conflitos no direito de família**. Monografia (Bacharelado do Curso de Direito). Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL – Tubarão/SC, 2019, p. 27.

⁹² ARRUDA, Elaine C. F. C. **Mediação Familiar: uma solução de conflitos no direito de família contemporâneo**. Monografia (Especialização Direito Civil). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá/MT, 2017, p. 45.

⁹³ TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: direito de família** – v. 5 / Flávio Tartuce. – 15. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 457.

2.3.7. Família Parental ou Anaparental

A família parental, nas palavras de Rodrigo da Cunha Pereira:

É a família que se estabelece a partir de vínculos de parentesco, consanguíneos, socioafetivos ou por afinidade. O parentesco por afinidade na linha reta, ou seja, sogro(a), nora, genro, não se dissolve com o fim do casamento ou união estável (art. 1.595, § 2º, CCB). Esta fórmula é uma repetição do CCB 1916 (art. 335), e hoje não faz nenhum sentido. Não há razão lógica alguma romper o vínculo com a mulher/ marido/companheiro e não romper com a sogra ou sogro. O argumento que sustentava o art. 335, CCB/1916 (“A afinidade, na linha reta, não se extingue com a dissolução do casamento, que a originou”), era o da evitação do incesto, ou seja, evitar possível casamento entre genro e sogra.⁹⁴

No entanto, o mesmo autor classifica como família anaparental, um núcleo familiar composto por pessoas que não possuem relação conjugal e nem vínculos de ascendência ou descendência, mas que tem suposta relação de parentesco entre elas, sendo um gênero da espécie parental.⁹⁵

Para Maria Berenice Dias, “não é a verticalidade dos vínculos parentais em dois planos que autoriza reconhecer a presença de uma família merecedora da proteção jurídica”, sendo somente necessário o seu reconhecimento, quando a convivência entre essas pessoas possui uma “estruturação com identidade de propósito”, impondo-se, assim, o reconhecimento da entidade familiar.⁹⁶

Para Elaine Cristina Faria da Costa Arruda:

A família anaparental é aquela constituída basicamente pela convivência entre parentes dentro de uma mesma estrutura organizacional e psicológica, visando a objetivos comuns, que residem no mesmo lar, pela afetividade que os une ou por necessidades financeiras ou mesmo emocionais, como o medo de viver sozinho.⁹⁷

Destaca Rolf Madaleno que a entidade familiar anaparental não é reconhecida pelo ordenamento jurídico quando se diz respeito a ordem sucessória, bem como em relação à alimentos, pois, na atualidade, somente a convivência não dá direitos

⁹⁴ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das famílias** / Rodrigo da Cunha Pereira. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 22.

⁹⁵ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das famílias** / Rodrigo da Cunha Pereira. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 23.

⁹⁶ DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** [livro eletrônico] – 4. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 114.

⁹⁷ ARRUDA, Elaine C. F. C. **Mediação Familiar: uma solução de conflitos no direito de família contemporâneo**. Monografia (Especialização Direto Civil). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá/MT, 2017, p. 47.

sucessórios a parentes sem a demonstração do esforço em comum para a construção do patrimônio.⁹⁸

Assim, a importância de se reconhecer esse tipo de entidade familiar está totalmente ligada a proteção jurídica, principalmente quando da impenhorabilidade do bem de família.⁹⁹

2.3.8. Família Composta ou Mosaica

Família Composta ou Mosaica é aquela oriunda de diversos núcleos familiares. Nas palavras de Rodrigo da Cunha Pereira “esta expressão de origem italiana significa, originalmente, um peso ou superfície embutida e composta por diversas peças de ladrilhos variados, e de diversas cores, formando um único desenho”.¹⁰⁰

Esse tipo de entidade familiar geralmente ocorre quando duas pessoas, que já tiveram vínculos familiares anteriores, se unem para formar uma nova família, trazendo consigo os filhos da relação anterior, constituindo, por inúmeras vezes, filhos da nova relação.¹⁰¹

Para Simone Floriano de Arruda:

Diante da multiplicidade de vínculos e, a interdependência desta nova estrutura familiar não se tem previsão legal que imponha deveres ou assegure direitos, o que se encontra é o vínculo de parentesco entre a entidade familiar recomposta, sendo, esta, em relação ao padrasto ou madrasta e seus enteados, como se observa no art. 1.595. § 1º do Código Civil de 2002.¹⁰²

Vale ressaltar que o vínculo do genitor com seu filho, no caso de constituição de nova família, não deve ser visto como monoparental, uma vez que ambos os pais, apesar de não estarem mais juntos, continuam tendo direitos e deveres sobre a criança. O que poderia acontecer, é o novo cônjuge realizar uma adoção unilateral, conforme prevê o ECA, em seu art 41, § 1º, desde que haja concordância do pai registral. Ainda, Maria Berenice Dias destaca que “segundo a trilha da jurisprudência,

⁹⁸ MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 10.

⁹⁹ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das famílias** / Rodrigo da Cunha Pereira. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 23.

¹⁰⁰ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das famílias** / Rodrigo da Cunha Pereira. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 31.

¹⁰¹ DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** [livro eletrônico] – 4. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 115.

¹⁰² ARRUDA, Simone Floriano de. **Constelação Familiar**: ferramenta para auxiliar na resolução de conflitos no direito de família. Monografia (Bacharelado do Curso de Direito). Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL – Tubarão/SC, 2019, p. 31.

a L 11.924/09 admitiu a possibilidade de o enteado agregar o nome do padrasto, o que, no entanto, não gera a exclusão do poder familiar do genitor”.¹⁰³

Assim, abstrai-se que a família mosaica provém da junção de duas famílias que obtiveram núcleos familiares desfeitos anteriormente, que também pode ser chamada de “família reconstituída, redimensionada ou recomposta”. No entanto, só são famílias mosaicas, aquelas que possuem filhos de relacionamentos anteriores e filhos do atual relacionamento.¹⁰⁴

2.3.9. Família Substituta

Família substituta é aquela formada por crianças e adolescentes que serão adotados excepcionalmente pela ordem estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 19, § 3º, objetivando a reinserção na família biológica, seja ela natural ou extensiva.¹⁰⁵

Ou seja, apesar da família substituta ter previsão legal no art. 28 do ECA, o objetivo principal é que a criança se mantenha em sua família natural, e essa criança só irá para família substituta se não houver possibilidade de ser reinserida na família natural ou extensa.¹⁰⁶

Acerca do conceito de família extensa, Rodrigo da Cunha Pereira dispõe que:

É a família que vai além do seu núcleo pai, mãe, filhos, estendendo –se a outros parentes, como avós, tios e primos⁴². A Lei 12.010/09, alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/1990 e assim a definiu: Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade (art. 25, parágrafo único).¹⁰⁷

Para o Estatuto da Criança e do Adolescente, não há definitivamente um conceito definido de família substituta, mas conforme entendimento de Maria Berenice dias, “a tendência é assim definir as famílias que estão cadastradas à adoção. São

¹⁰³ DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** [livro eletrônico] – 4. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 115.

¹⁰⁴ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das famílias** / Rodrigo da Cunha Pereira. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 31.

¹⁰⁵ ARRUDA, Elaine C. F. C. **Mediação Familiar: uma solução de conflitos no direito de família contemporâneo**. Monografia (Especialização Direito Civil). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá/MT, 2017, p. 45.

¹⁰⁶ MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 30.

¹⁰⁷ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das famílias** / Rodrigo da Cunha Pereira. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 27.

convocadas segundo o perfil que elegeram. Recebem a criança ou o adolescente mediante guarda, firmando o devido compromisso”, nos termos do art. 32 do ECA.¹⁰⁸

Para definir o que vem a ser essa entidade familiar, Simone Floriano Arruda dispõe que se trata de uma consequência da perda do poder familiar dos genitores, que faz com que surja a necessidade de uma nova “constituição familiar por meio de guarda, tutela ou adoção”, onde essas crianças vão para um novo lar e recebem todo o apoio psicológico necessário até ser inserido em um novo núcleo familiar.¹⁰⁹

Já nos casos de adoções internacionais, Elaine Cristina Faria da Costa Arruda destaca que “serão expressamente observados todos os termos da Convenção de Haia, sendo atribuição das CEJAs ao final, certificar que esta ou aquela adoção internacional”.¹¹⁰

Assim, nota-se que todas as entidades familiares mencionadas neste trabalho, baseiam-se no afeto e nos princípios constitucionais, sendo de suma importância a discussão para o mundo jurídico, visto que o Direito de Família vem acompanhando essas transformações na sociedade e os operadores do direito precisam aplicar a norma jurídica da melhor maneira possível para atender a necessidade de cada indivíduo, analisando as peculiaridades de cada caso em apreço.

2.4 CONFLITOS FAMILIARES CONTEMPORÂNEOS

Com todos os avanços e transformações ocorrentes na sociedade contemporânea, as quais modificaram o Direito de Família e criaram novos modelos de entidades familiares, importante mencionar que juntamente com esses novos arranjos, surgiram conflitos nos núcleos familiares que decorrem das diferenças de cada sujeito.

Para Silvio de Salvo Venosa “cabe ao Estado estruturar os meios assistenciais e judiciais, legais e materiais para o acesso à Justiça, a fim de que o ideal da família seja obtido nas situações de conflito”, vedando-se que a postura dos operadores de

¹⁰⁸ DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** [livro eletrônico] – 4. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 116.

¹⁰⁹ ARRUDA, Simone Floriano de. **Constelação Familiar**: ferramenta para auxiliar na resolução de conflitos no direito de família. Monografia (Bacharelado do Curso de Direito). Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL – Tubarão/SC, 2019, p. 31.

¹¹⁰ ARRUDA, Elaine C. F. C. **Mediação Familiar**: uma solução de conflitos no direito de família contemporâneo. Monografia (Especialização Direito Civil). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá/MT, 2017, p. 48.

direito da vara da família seja igual à postura dos operadores que visam solucionar conflitos patrimoniais.¹¹¹

Elaine Cristina Faria da Costa Arruda, afirma que "exige-se um cuidado aos profissionais das carreiras jurídicas em ser cautelosos nas questões de direito de família, devido à natureza de afeto, buscando um ponto de equilíbrio entre razão e emoção, sobre a ótica interdisciplinar" e sobre esse ponto, destaca que:

[...] é imprescindível à qualificação de forma interdisciplinar dos agentes envolvidos nos conflitos, tais como: Magistrados, promotor e defensor, para compreensão das emoções e do grau de complexidade das relações das partes, não valendo assim somente conhecimento técnico.¹¹²

Dessa forma, cabe ao Estado solucionar da melhor forma os conflitos existentes na sociedade contemporânea, "sobre os quais resultam ações de dissolução do casamento, pensão alimentícia, guarda do menor, herança", entre outras questões que necessitam a observância do poder judiciário.¹¹³

Para Dimas Messias de Carvalho:

A responsabilidade civil nas relações familiares pode ocorrer tanto pelo ato ilícito absoluto, que ocorre em quaisquer circunstâncias da vida civil, como agressões físicas, danos patrimoniais, estéticos, ofensas à honra, quanto pelo ato ilícito específico, ocorridos em razão de descumprimento de deveres ou por abusos de direitos no direito de família, como o genitor deixar de fornecer alimentos aos filhos, de cuidar dos pais idosos, de faltar com o dever de solidariedade com os cônjuges ou companheiros e parentes, entre outros.¹¹⁴

Para Elaine Cristina Faria da Costa Arruda:

[...] em situações de crise, a família e sua estrutura ficam abalada, com isso a dor aparecerá, sobre diversas formas, virá sofrimento, terá mudanças e será preciso mudar a qualidade de suas relações. Novamente o afeto

¹¹¹ VENOSA, Sílvio de Salvo, 1945 - **Direito Civil**: família e sucessões, volume 5 / Sílvio de Salvo Venosa. – 21. ed. – São Paulo: Atlas, 2021, p. 36.

¹¹² ARRUDA, Elaine C. F. C. **Mediação Familiar**: uma solução de conflitos no direito de família contemporâneo. Monografia (Especialização Direto Civil). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá/MT, 2017, p. 52.

¹¹³ ARRUDA, Simone Floriano de. **Constelação Familiar**: ferramenta para auxiliar na resolução de conflitos no direito de família. Monografia (Bacharelado do Curso de Direito). Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL – Tubarão/SC, 2019, p. 38.

¹¹⁴ CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das famílias** / Dimas Messias de Carvalho. – 8. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020, p. 151.

predomina nas relações familiares, pois as pessoas ficam fragilizadas, tenderão de regredir e seus impulsos tenderão a agravar-se.¹¹⁵

Por esse motivo, um novo passo que está servindo como instrumento para solucionar tais desordens, aparado pela Resolução nº225 do CNJ, Lei 13.140/2015, bem como pelo Código de Processo Civil de 2015, é a mediação de conflitos familiares, podendo essa ser extrajudicial ou judicial, dependendo do que as partes decidirem.¹¹⁶

3. ASPECTOS GERAIS DA MEDIAÇÃO

Nosso Ordenamento Jurídico trouxe uma visão ampliada de como resolver conflitos judiciais e extrajudiciais, tendo como ponto inicial a Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, além dos métodos de solução de conflitos no CPC (Lei 13.105/2015), da alteração da Lei de Arbitragem, Lei 9.307/1996 pela Lei 13.129/2015, da regulamentação da “mediação entre particulares e a autocomposição de conflitos na esfera da administração pública” (Lei 13.140/2015), bem como o surgimento da Justiça restaurativa por meio da Resolução CNJ nº 225/ 2016.¹¹⁷

Nesse mesmo sentido é o que preceitua Sofia dos Santos Melo, quando discorre que:

[...] a Justiça caminha ao encontro de meios alternativos para a resolução das demandas sociais, através de uma abertura para o surgimento e institucionalização de vias menos ortodoxas, mais céleres, econômicas e menos desgastantes para os envolvidos do que a justiça comum.¹¹⁸

Assim, uma das principais formas de solucionar controvérsias existentes na atualidade é a mediação, sendo de suma importância destacar alguns aspectos gerais

¹¹⁵ ARRUDA, Elaine C. F. C. **Mediação Familiar**: uma solução de conflitos no direito de família contemporâneo. Monografia (Especialização Direto Civil). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá/MT, 2017, p. 53.

¹¹⁶ LÔBO, Paulo. **Direito civil** : v. 5 : famílias / Paulo Lôbo. – 8. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018, p. 50.

¹¹⁷ ARRUDA, Simone Floriano de. **Constelação Familiar**: ferramenta para auxiliar na resolução de conflitos no direito de família. Monografia (Bacharelado do Curso de Direito). Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL – Tubarão/SC, 2019, p. 12.

¹¹⁸ MELO, Sofia dos Santos. **A mediação como instrumento de pacificação dos conflitos familiares**. Monografia (Curso de Direito). Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2018, p. 13.

desse meio alternativo de resolução de conflitos, como o conceito, características e princípios que a regem.

3.1 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA MEDIAÇÃO

Primeiramente, se faz importante mencionar a origem epistemológica da palavra mediação, que vem do verbo latino *mediare*, “o qual significa mediar, intervir, dividir ao meio, colocar-se no meio”.¹¹⁹

Fernanda Tartuce traz em sua obra *Mediação nos Conflitos Cíveis*, que “partindo do dicionário, constata-se que “mediação” indica o ato ou efeito de mediar, retratando intercessão, intervenção, intermédio e interposição”.¹²⁰

No mesmo sentido, discorre Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva que, “mediar é facilitar a comunicação entre as pessoas para propiciar que estas próprias possam (...) engendrar respostas conjuntas sobre as questões relevantes do conflito”.¹²¹

Já nas palavras de Carlos Alberto de Salles, a mediação:

[...] pode ser definida como um processo em que um terceiro imparcial e independente coordena reuniões separadas ou conjuntas com as pessoas envolvidas em conflitos, sejam elas físicas ou jurídicas, com o objetivo de promover uma reflexão sobre a inter-relação existente, a fim de alcançar uma solução, que atenda a todos os envolvidos.¹²²

Isto é, a mediação nada mais é do que uma ferramenta utilizada para solucionar um conflito, onde um terceiro imparcial, com o objetivo de facilitar o diálogo entre as partes, utiliza técnicas que possibilitam uma solução em comum para a controvérsia.

Para Amanda Passos Gonçalves, “tem-se a privacidade, economia financeira e de tempo, oralidade, reaproximação das partes, autonomia das decisões e equilíbrio das relações entre as partes”, como as principais características da mediação.

¹¹⁹ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 21. (Itálicos no original).

¹²⁰ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 189.

¹²¹ SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da. **Mediação de conflitos** / Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva, organizadora. – São Paulo: Atlas, 2013, p. 46.

¹²² SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, mediação, conciliação e arbitragem**: curso de métodos adequados de solução de controvérsias. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 144.

Ademais, a mediação tem como finalidade a resolução do conflito, que será feito por intermédio de técnicas para a melhor solução do problema.¹²³

Assim, indiscutível que a mediação tem papel fundamental na contemporaneidade, pois fomenta o diálogo, trazendo soluções para um processo conflituoso de forma a agradar todos os conflitantes, sendo as características supramencionadas fundamentais, buscando-se “sempre o consenso, a isonomia, a oralidade e a boa-fé entre as partes”.¹²⁴

Ante o exposto, necessário se faz explanar a seguir acerca dos princípios que regem a mediação.

3.2 PRINCÍPIOS DA MEDIAÇÃO

A mediação é regida por uma série de princípios norteadores que servem como base para sua aplicação, de modo a torná-la mais adequada nas relações conflituosas.¹²⁵ Para Carlos Alberto Salles:

No plano normativo a relevância dos princípios tem sido amplamente reconhecida. O CPC/2015 afirma, no art. 166, serem princípios regentes da mediação e da conciliação em juízo a independência, a imparcialidade, a autonomia da vontade, a confidencialidade, a oralidade, a informalidade e a decisão informada. Na mesma linha, a Lei 13.140/2015 destaca, no art. 2.º, que a mediação será orientada pelos seguintes princípios: I – imparcialidade do mediador; II – isonomia entre as partes; III – oralidade; IV – informalidade; V – autonomia da vontade das partes; VI – busca do consenso; VII – confidencialidade; VIII – boa-fé.¹²⁶

Nessa toada, passa-se agora a melhores digressões acerca de peculiaridades de cada princípio que rege a mediação, de acordo com o art. 166 do CPC e art. 2º da Lei 13.140/2015, iniciando-se pelo princípio da imparcialidade.

¹²³ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 21 e 23.

¹²⁴ ROSA, K. A.; LEE, A. T. V. **A importância da mediação e seus benefícios**. Tribunais Multiportas: mediação, conciliação e arbitragem como forma de resolução de conflitos. / Ana Cristyna Macedo L. S. Bosco, Clodoaldo Moreira dos Santos Júnior e Rogério Pereira Leal. Centro Universitário de Goiás - Goiânia/GO, 2020, p. 46.

¹²⁵ ARRUDA, Elaine C. F. C. **Mediação Familiar: uma solução de conflitos no direito de família contemporâneo**. Monografia (Especialização Direto Civil). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá/MT, 2017, p. 18.

¹²⁶ SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, mediação, conciliação e arbitragem: curso de métodos adequados de solução de controvérsias**. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 203.

3.2.1. Imparcialidade

O princípio da imparcialidade está presente no art. 166, *caput*, do CPC, bem como no art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015.

O respectivo princípio tem como base o tratamento imparcial do mediador na hora da prática da mediação, não podendo esse, dar privilégios a uma parte sobre a outra, oferecendo de forma igualitária as oportunidades para todos os envolvidos no conflito.¹²⁷

Para Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva “a autocomposição para que seja realmente exercida sem as interferências do mediador exige que ele seja imparcial”.¹²⁸

Fernanda Tartuce destaca que:

Para atuar em uma causa, o terceiro imparcial deve ser completamente estranho aos interesses em jogo, não sendo ligado às partes por especiais relações pessoais: tal abstenção é fundamental para o reconhecimento de sua credibilidade em relação aos litigantes e à opinião pública pela certeza de sua independência.¹²⁹

Conforme dispõe o art. 5º, parágrafo único, da Lei 13.140/2015, o mediador tem o dever de “revelar às partes, antes da aceitação da função, qualquer fato ou circunstância que possa suscitar dúvida justificada em relação à sua imparcialidade para mediar o conflito, oportunidade em que poderá ser recusado por qualquer delas”.¹³⁰ Isto é, caso haja algum motivo que possa tornar o mediador imparcial, o próprio mediador deve informar às partes, sob pena de impedimento ou suspeição, cabendo ao final, ação anulatória ou rescisória, caso o vício de consentimento seja descoberto após o acordo, conforme dispõe o art. 966, inciso V do CPC, quando se trata de acordo extrajudicial.¹³¹

¹²⁷ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 24.

¹²⁸ SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da. **Mediação de conflitos** / Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva, organizadora. – São Paulo: Atlas, 2013, p. 78.

¹²⁹ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 226.

¹³⁰ BRASIL. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. **Lei da Mediação**. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

¹³¹ ARRUDA, Simone Floriano de. **Constelação Familiar**: ferramenta para auxiliar na resolução de conflitos no direito de família. Monografia (Bacharelado do Curso de Direito). Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL – Tubarão/SC, 2019, p. 52.

Nas palavras de Carlos Alberto de Salles, quando se trata de imparcialidade do mediador, essa deve ser:

[...] entendida, entre outros conceitos, como pressuposto de sua atuação antes e durante a mediação com a inexistência de qualquer conflito de interesses capaz de afetar o procedimento, devendo compreender a realidade dos mediados, sem que nenhum paradigma, preconceito ou valores pessoais venham a interferir em sua intervenção.¹³²

É válido mencionar que no entendimento de Luis Fernando Guerrero, o termo correto para falar sobre essa postura do mediador seria neutralidade, não imparcialidade, uma vez que essa é aplicada a quem julga e a outra, somente é usada por quem facilita o diálogo entre as partes¹³³, como é o caso dos mediadores.

Contudo, independente do termo a ser usado, tanto o mediador quanto o juiz não deverão agir de forma tendenciosa, a fim de beneficiar ou prejudicar uma das partes, tampouco colocar seu juízo de valor sobre o caso, prevalecendo o princípio da imparcialidade ou neutralidade para todos os terceiros envolvidos no conflito.

3.2.2. Isonomia entre as partes

O princípio da Isonomia entre as partes, também conhecido como princípio da igualdade, está previsto no art. 2º, inciso II, da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, e tem como finalidade proporcionar igualdade entre os conflitantes.

No entendimento de Fernanda Tartuce, “a mediação deve proporcionar igualdade de oportunidades aos envolvidos para que eles tenham plenas condições de se manifestar durante todo o procedimento”.¹³⁴

Já para Humberto Dalla:

Por isonomia não devemos compreender apenas a igualdade perante a lei. Essa afirmação pode gerar desvios e equívocos hermenêuticos. É preciso ir além e garantir uma igualdade substancial que, contudo, demandará uma postura mais ativa do Estado. É necessário garantir a igualdade de tratamento perante a lei. Essa afirmação pode observadas as limitações de

¹³² SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, mediação, conciliação e arbitragem**: curso de métodos adequados de solução de controvérsias. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 155. (Negritos no Original).

¹³³ GUERRERO, Luis Fernando. **Os métodos de solução de conflitos e o processo civil** / Luis Fernando Guerrero. – São Paulo: Atlas, 2015, p. 78.

¹³⁴ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Civis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 239.

cada um. Verificada a desigualdade, cabe ao magistrado intervir, a fim de equilibrar as partes na relação processual, visando à igualdade real.¹³⁵

Dessa forma, nas palavras de Carlos Alberto Salles, o princípio da isonomia deverá ser abarcado “no sentido do tratamento igualitário a ser oferecido aos participantes da mediação, inclusive com relação às oportunidades que também deverão ser igualitárias”.¹³⁶

Cabe ressaltar que o interesse comum é um dos principais objetivos da mediação e quando o terceiro imparcial auxilia na transação, ele necessita instigar as partes a buscarem pontos que ajudem a solucionar o imbróglio e, quando esse terceiro se depara com uma disparidade de poder entre as partes, tem a obrigação de auxiliar a parte prejudicada a ter as mesmas condições que a parte favorecida. Segundo Fernanda Tartuce, “se, por exemplo, um deles não é alfabetizado, o mediador deve intervir para estabelecer a igualdade de condições”, sendo uma alternativa, oferecer a pessoa analfabeta que tenha alguém que lhe auxilie, dando a mesma possibilidade para a outra parte.¹³⁷

Logo, tem-se que o princípio da isonomia é de fundamental importância na aplicação da mediação. De toda sorte, o princípio da oralidade é outro fator de suma importância para a mediação, o qual se passa a expor a seguir.

3.2.3. Oralidade

Quando se fala em princípio da oralidade, com previsão no 166, *caput*, do CPC, bem como no art. 2º, inciso III da Lei nº 13.140, tem-se que a mediação é realizada por meio de “expressões, questionamentos e afirmações”, com o intuito de facilitar a comunicação dos envolvidos para a solução do conflito, e essas iniciativas verbais é a alicerce desse princípio.¹³⁸

Para Carlos Alberto Salles:

¹³⁵ DALLA, Humberto. **Manual de mediação e arbitragem** / Humberto Dalla e Marcelo Mazzola. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019, p. 99.

¹³⁶ SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, mediação, conciliação e arbitragem**: curso de métodos adequados de solução de controvérsias. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 155.

¹³⁷ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 232.

¹³⁸ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 215.

[...] certos atos devem ser praticados oralmente, recomendando a prevalência da palavra falada do que a escrita. Na verdade, é onde a mediação se estrutura, pois sem o diálogo entre os participantes não será possível sua existência e muito menos sua continuidade, mesmo que sejam realizadas reuniões individuais.¹³⁹

Já nas palavras de Amanda Passos Gonçalves:

Por seu turno, a oralidade se destaca no sentido de que as partes debatem, dialogam a respeito dos problemas visando encontrar soluções. A oralidade também acaba relacionando-se com a reaproximação das partes, visto que, através do diálogo e do consenso a mediação busca o tratamento do problema, possibilitando que as partes acabem reaproximando-se, e a relação é restaurada.¹⁴⁰

Em razão disso, a oralidade se torna o princípio informativo em todo o procedimento, sendo essencial a fala, uma vez que é por intermédio do diálogo que a comunicação se torna mais produtiva.¹⁴¹

Passa-se agora, então, para a compreensão do princípio da informalidade.

3.2.4. Informalidade

No tocante ao princípio da informalidade, esse possui previsão no art. 166, *caput*, do CPC, bem como no art. 2º, inciso IV, da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015.

Vale destacar que o § 4º do art. 166 trata especificamente esse princípio, onde preconiza que “a mediação e a conciliação serão regidas conforme a livre autonomia dos interessados, inclusive no que diz respeito à definição das regras procedimentais”.¹⁴²

¹³⁹ SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, mediação, conciliação e arbitragem**: curso de métodos adequados de solução de controvérsias. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 176.

¹⁴⁰ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 22.

¹⁴¹ ARRUDA, Simone Floriano de. **Constelação Familiar**: ferramenta para auxiliar na resolução de conflitos no direito de família. Monografia (Bacharelado do Curso de Direito). Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL – Tubarão/SC, 2019, p. 53.

¹⁴² BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Dispõe sobre o **Código de Processo Civil**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 mar. 2015.

Como cediço, a mediação tem o objetivo de facilitar o entendimento e as relações entre as partes conflitantes e, por essa razão, não possui regras formais estabelecidas, uma vez que não há um modo único de condução da mediação.¹⁴³

No entendimento de Carlos Alberto Salles:

Informalidade, significa a dispensa de requisitos formais sempre que a ausência não incorrer em prejuízo, assim como a flexibilidade no desenvolvimento do procedimento, levando-se em consideração a complexidade inerente ao conflito e a individualidade dos participantes.¹⁴⁴

Isto é, “o princípio da informalidade do processo significa que o processo de mediação não segue um padrão predeterminado. Os mediadores buscam padrões para organizar o processo apenas, não devendo seguir uma forma única”.¹⁴⁵

Em continuidade, destaca-se na sequência, o princípio da autonomia de vontade e decisões das partes.

3.2.5. Autonomia de vontade e decisões das partes

O princípio da autonomia da vontade e decisão, nada mais é do que o poder que as partes conflituosas possuem em optar por realizar a mediação, bem como pela autonomia de administrar suas próprias decisões em relação ao conflito existente.¹⁴⁶

Tal princípio possui previsão legal no art. 166, *caput*, do CPC, bem como no art. 2º, inciso V, da Lei de Mediação.

Nos dizeres de Amanda Passos Gonçalves:

A autonomia das decisões diz respeito à questão da decisão tomada pelas partes através do consenso. Esta decisão não necessita de homologação judicial. Os próprios envolvidos é que através de suas autonomias escolhem o que melhor lhes convém, decidindo, portanto, pela melhor solução a ser

¹⁴³ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 210.

¹⁴⁴ SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, mediação, conciliação e arbitragem**: curso de métodos adequados de solução de controvérsias. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 176. (Negrito no Original).

¹⁴⁵ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 25.

¹⁴⁶ SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, mediação, conciliação e arbitragem**: curso de métodos adequados de solução de controvérsias. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 156.

dada ao conflito, sendo o mediador o responsável pela orientação das partes, podendo apenas intervir nos casos de decisões imorais ou injustas¹⁴⁷

Acrescenta-se, nesse ponto, o entendimento de Humberto Dalla, o qual discorre que:

Cabe ao mediador, durante todo o procedimento, velar pela livre e desembaraçada manifestação de vontade. Em outras palavras, deve se certificar de que a vontade não esteja contaminada por nenhum vício (erro, dolo e coação) e que as partes estejam compreendendo a extensão e os efeitos do acordo.¹⁴⁸

Assim, esse princípio dá a liberdade para que cada indivíduo escolha se quer ou não utilizar a técnica de mediação, bem como deixa com o que o mesmo tome as decisões que achar conveniente para solucionar o conflito.

3.2.6. Busca do consenso, cooperação e não competitividade

A Lei da Mediação ainda trouxe explícito um princípio cujo o CPC optou por não transcrever em seu art. 166, *caput*, qual seja, o princípio da busca do consenso, cooperação e não competitividade, esse, que está previsto no inciso VI da Lei 13.140/2015.

Nas palavras de Simone Floriano Arruda, o princípio da busca do consenso:

Tem como pressuposto a autonomia dos envolvidos em relação às decisões sobre os assuntos que envolvem o conflito, partindo do pressuposto de que compete às partes a decidirem o que for melhor para si. Sendo, portanto, esse princípio uma das intenções do mediador, quando aplicada as técnicas da mediação de forma a estimular o diálogo para que se alcance a solução pacífica do conflito. Ou seja, a transação é o resultado útil da mediação.¹⁴⁹

Abstrai-se do entendimento supramencionado que quando se há um conflito, para atingir o objetivo da mediação, que é a realização de um ajuste entre as partes, o princípio da autonomia se torna peça fundamental para a aplicação da busca do consenso.

¹⁴⁷ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 22.

¹⁴⁸ DALLA, Humberto. **Manual de mediação e arbitragem** / Humberto Dalla e Marcelo Mazzola. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019, p. 93;

¹⁴⁹ ARRUDA, Simone Floriano de. **Constelação Familiar**: ferramenta para auxiliar na resolução de conflitos no direito de família. Monografia (Bacharelado do Curso de Direito). Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL – Tubarão/SC, 2019, p. 53.

Há quem defenda que não é necessário a previsão de tal princípio na Lei da Mediação, a uma, porque “faz parte de todo o procedimento autocompositivo, não sendo essencial para a mediação” e a duas, porque “uma mediação pode não redundar em acordo e ainda assim ter uma repercussão positiva para os envolvidos ante a restauração do diálogo”, isto é, a realização de um acordo não deve ser visto como requisito para uma mediação exitosa.¹⁵⁰

Nesse sentido, André Gomma Azevedo *apud* Fernanda Tartuce disciplina que:

[...] a definição de qualidade em mediação consiste no conjunto de características necessárias para o processo autocompositivo que irá, dentro de condições éticas, atender e possivelmente até exceder as expectativas e necessidade do usuário. Pode-se, portanto, considerar “bem-sucedida” a mediação quando o “sucesso” está diretamente relacionado à satisfação da parte.¹⁵¹

Nota-se que a busca do consenso está ligada com a satisfação das partes no conflito e, nas palavras da autora, “a sessão consensual pode ser bem-sucedida se novos *insights* forem obtidos, escolhas forem esclarecidas ou novas compreensões dos pontos de vista de cada um forem alcançadas”, não sendo requisito a realização de uma transação.¹⁵²

Passa-se então para a análise do princípio da confidencialidade.

3.2.7. Confidencialidade

Em relação ao princípio da confidencialidade, a primeira observação importante a ser feita é que tal princípio também tem previsão legal no art. 166, *caput* do CPC, bem como no art. 2º da Lei da Mediação, esse, mais especificadamente no inciso VII e § 1º do respectivo artigo.

Primeiramente se faz importante mencionar que a confidencialidade necessita ser oposta à publicidade quando o intuito é proteger a intimidade dos envolvidos no conflito, tendo como base o art. 5º, inciso LX, da CRFB/1988¹⁵³, razão pela qual o

¹⁵⁰ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 224.

¹⁵¹ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 224.

¹⁵² TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 224. (Itálicos no Original).

¹⁵³ GUERRERO, Luis Fernando. **Os métodos de solução de conflitos e o processo civil** / Luis Fernando Guerrero. – – São Paulo: Atlas, 2015, p. 148.

princípio da confidencialidade necessita prevalecer na mediação, protegendo a intimidade das partes.

A confidencialidade na mediação é tão importante que ganhou maior previsibilidade nos arts. 30 e 31 da Lei nº 13.140/2015 e, para Carlos Alberto Salles:

No modelo brasileiro, a regra da confidencialidade, definida como a impossibilidade de qualquer informação relativa à mediação ser revelada em processo judicial ou arbitral, vincula todo aquele que participar, direta ou indiretamente, do processo.¹⁵⁴

Ademais, Sofia dos Santos Melo preconiza que, “o que é dito durante essas sessões individuais é confidencial, e apenas será passado para a outra parte com a autorização de quem o disse”.¹⁵⁵

No mesmo sentido, Amanda Passos Gonçalves disciplina que:

O princípio da confidencialidade dispõe sobre o sigilo do processo de mediação. O mediador possui a obrigação de não repassar para terceiros sobre o conflito, agindo como protetor do processo. O sigilo só poderá ser rompido quando essa for a vontade das partes.¹⁵⁶

Além do mediador, o art. 166, § 2º, do CPC, dispõe que “em razão do dever de sigilo, inerente às suas funções, o conciliador e o mediador, assim como os membros de suas equipes, não poderão divulgar ou depor acerca de fatos ou elementos oriundos da conciliação ou da mediação.”¹⁵⁷

Imprescindível, assim, que todas as partes do processo devem manter em sigilo o processo de mediação, principalmente para proteger a intimidade das partes envolvidas.

¹⁵⁴ SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, mediação, conciliação e arbitragem**: curso de métodos adequados de solução de controvérsias. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 24.

¹⁵⁵ MELO, Sofia dos Santos. **A mediação como instrumento de pacificação dos conflitos familiares**. Monografia (Curso de Direito). Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2018, p. 25.

¹⁵⁶ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 24.

¹⁵⁷ BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Dispõe sobre o **Código de Processo Civil**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 mar. 2015.

3.2.8. Boa-fé

Antes de maiores digressões acerca do princípio da boa-fé na mediação, necessário se faz compreender como é conhecida a boa-fé em nosso ordenamento jurídico e, para isso, dispõe Bruno Takahashi [et al] que:

A boa-fé pode ser subdividida em subjetiva e objetiva. Segundo Pablo Stolze Gagliano e Salomão Viana (2012), a boa-fé subjetiva “consiste em uma situação psicológica, um estado de ânimo ou de espírito do agente que pratica determinado ato ou vivencia dada situação, sem ter ciência do vício que a inquina”. Por sua vez, a boa-fé objetiva “trata-se de uma norma de comportamento, de fundo ético, juridicamente exigível e independente de qualquer questionamento em torno da presença de boa ou de má intenção”.¹⁵⁸

Nesse viés, o inciso VIII do art. 2º da Lei de Mediação apresenta como princípio orientador da mediação, além de todos os já elencados, o princípio da boa-fé, cujas partes envolvidas no conflito, por intermédio desse princípio, discutirão e chegarão em um acordo razoável para todas as partes.¹⁵⁹

Nas palavras de Fernanda Tartuce, a “boa-fé consiste no sentimento e no convencimento íntimos quanto à lealdade, à honestidade e à justiça do próprio comportamento em vista da realização dos fins para os quais este é direcionado”.¹⁶⁰ Segundo a autora:

[...] a estrutura de realização da mediação preconiza um ambiente de respeito mútuo; esse importante fator engendra confiança e boa-fé entre as pessoas. Se as partes se dispuserem a comparecer, o mediador terá oportunidade de aplicar as técnicas consensuais e propiciar espaço para a busca de saídas produtivas para os impasses. A boa-fé está intrinsecamente ligada à confidencialidade; o sigilo, aliás, costuma ser identificado como uma das vantagens decorrentes da adoção da mediação.¹⁶¹

Assim, nota-se que é fundamental a utilização dos princípios pelos envolvidos com a prática da mediação, para que as partes saiam satisfeitas e se sobressaia uma transação frutífera.

¹⁵⁸TAKAHASHI, Bruno [et al]. **Manual de mediação e conciliação na Justiça Federal** / Bruno Takahashi ... [et al.] – Brasília : Conselho da Justiça Federal, 2019, p 34.

¹⁵⁹ MELO, Sofia dos Santos. **A mediação como instrumento de pacificação dos conflitos familiares**. Monografia (Curso de Direito). Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2018, p. 15.

¹⁶⁰ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 225.

¹⁶¹ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 226.

Com base em todo o exposto até aqui, inicia-se agora o capítulo pelo qual será analisado a (in) aplicabilidade da mediação na resolução de conflitos familiares contemporâneos.

4. A (IN) APLICABILIDADE DA MEDIAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES CONTEMPORÂNEOS

Como visto anteriormente, as alterações ocorrentes na sociedade e as mudanças nas células familiares que compõe a comunidade social são responsáveis pelas transformações do Direito de Família, pois o surgimento dessas novas entidades faz com que surjam novos conflitos para serem solucionados.

Como alternativa para a solução desses novos conflitos aparece a mediação, que é um meio alternativo de resolução de conflitos que possibilita que as partes conversem e se entendam em relação a uma controvérsia existente, restabelecendo o vínculo preexistente entre elas.

A mediação utilizada como método de resolução de conflitos familiares tem amparo no art. 694 do CPC, o qual dispõe que “nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para mediação e conciliação”. Já o Parágrafo Único do mesmo artigo apronta que “a requerimento das partes, o juiz pode determinar a suspensão do processo enquanto os litigantes se submetem a mediação extrajudicial ou a atendimento multidisciplinar”.¹⁶²

Tendo em vista a precisão legal acima mencionada, todos os princípios que regem o direito de família e toda a compreensão acerca das novas modalidades de entidades familiares, além da concepção do conceito de mediação, suas características gerais e dos princípios que a sustentam, necessário se faz discutir sobre as modalidades da mediação, as fases de seu processo, a participação das partes na mediação e as técnicas utilizadas na sua aplicação, para ao final identificar as facilidades e dificuldades no seu uso, a fim de verificar se é aplicável ou não a mediação para resolução de conflitos familiares na contemporaneidade.

¹⁶² BRASIL. Lei no 13.105, de 16 de março de 2015. Dispõe sobre o **Código de Processo Civil**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 mar. 2015.

4.1 MODALIDADES DE MEDIAÇÃO

Diferente de outros métodos de resolução de conflitos, “na mediação há uma abordagem sensível à subjetividade dos indivíduos envolvidos no litígio, o lado emocional é importante visto que revela, em muitos casos, a fonte da situação conflituosa instalada”¹⁶³. Isso é de suma importância para o direito de família, sobretudo quando há conflitos de sentimentos entre membros presentes no mesmo núcleo familiar.

Nesse viés, abstrai-se que a mediação é um meio de acesso à justiça e independe de processo judicial, uma vez que existe outra categoria além dessa para solucionar o litígio, que é a mediação extrajudicial.¹⁶⁴ Tais modalidades são utilizadas para solucionar qualquer controvérsia que admite transação, além de poder versar sobre todo ou parte do conflito, conforme dispõe o art. 3º, § 1º da Lei da Mediação.¹⁶⁵

Nas palavras de Amanda Passos Gonçalves:

A mediação como técnica em busca do entendimento entre pessoas com relação de continuidade impõe-se cada vez mais como necessária nos âmbitos extrajudicial e judicial, porque, observando os princípios familiares, respeita em primeiro lugar a dignidade da pessoa humana, fazendo com que tanto partes como o mediador saiam satisfeitos de uma sessão, com a solução do conflito e não apenas o problema aparente, sem ganhadores nem perdedores.¹⁶⁶

De tal modo, explanar-se-á breves apontamentos acerca da mediação extrajudicial e judicial.

4.1.1. Mediação Extrajudicial

Na mediação extrajudicial, também conhecida como mediação privada, as partes elegem um terceiro que não tenha relação com o litígio para auxiliar na sua

¹⁶³ MELO, Sofia dos Santos. **A mediação como instrumento de pacificação dos conflitos familiares**. Monografia (Curso de Direito). Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2018, p. 17.

¹⁶⁴ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 18.

¹⁶⁵ BRASIL. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. **Lei da Mediação**. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

¹⁶⁶ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 2.

resolução, sendo, assim, “operada sem componentes dos quadros jurisdicionais”.¹⁶⁷

Para Fernanda Tartuce:

A mediação privada (extrajudicial) pode ser classificada como mediação comum, podendo ser conduzida por qualquer pessoa de confiança dos interessados; a mediação comum pode ser subdividida em mediação institucional (organizada por centros ou associações de mediação) ou independente (conduzida por mediadores sem vínculo com qualquer entidade e escolhidos livremente pelas partes).¹⁶⁸

Humberto Dalla complementa que “todo o regramento referente ao convite para participar de mediação extrajudicial encontra-se na Lei de Mediação, especialmente nos arts. 21 e 22”.¹⁶⁹ Segundo o aludido autor, na mediação extrajudicial:

Não se exige nenhuma formalidade quanto ao meio de comunicação, podendo ser um e-mail, uma carta correspondência, uma mensagem via WhatsApp, entre outros. O importante é que estejam expressamente delimitados o tema objeto da negociação, a data e o local do primeiro encontro.¹⁷⁰

Outro ponto que é de suma importância destacar, é que segundo o enunciado décimo sexto aprovado na I Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios do Conselho da Justiça Federal, o “magistrado pode, a qualquer momento do processo judicial, convidar as partes para tentativa de composição da lide pela mediação extrajudicial, quando entender que o conflito será adequadamente solucionado por essa forma”.¹⁷¹

Assim, caso ocorra em um conflito judicial, a realização de mediação fora do âmbito judiciário, nas palavras de Fernanda Tartuce:

[...] a característica privada da mediação permanece, já que a ocorrência das sessões se verificará fora do ambiente público e não será objeto de registros judiciais; essa resposta soa coerente com a percepção dos envolvidos e com a sistemática do ordenamento.
Por outro lado, é possível desvincular a classificação em relação ao local da realização do ato e adotar como parâmetro a iniciativa da escolha; em certa

¹⁶⁷ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 307.

¹⁶⁸ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 307.

¹⁶⁹ DALLA, Humberto. **Manual de mediação e arbitragem** / Humberto Dalla e Marcelo Mazzola. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019, p. 145.

¹⁷⁰ DALLA, Humberto. **Manual de mediação e arbitragem** / Humberto Dalla e Marcelo Mazzola. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019, p. 145.

¹⁷¹ CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. Enunciado n. 16. I Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios.

versão do projeto de lei de mediação constava, no art. 6.º, que a mediação seria reputada judicial quando os mediadores fossem designados pelo Poder Judiciário e extrajudicial quando as partes escolhessem o mediador ou a instituição de mediação privada. A previsão, contudo, não resistiu aos debates legislativos. **Entendo que, nesse caso, a mediação deve ser considerada extrajudicial.** (Grifo nosso).¹⁷²

Outro aspecto relevante na mediação extrajudicial é o perfil do mediador na resolução do conflito.

Segundo o art. 9º da Lei 13.140/2015:

Poderá funcionar como mediador extrajudicial qualquer pessoa capaz que tenha a confiança das partes e seja capacitada para fazer mediação, independentemente de integrar qualquer tipo de conselho, entidade de classe ou associação, ou nele inscrever-se.¹⁷³

Para Fernanda Tartuce, percebe-se do artigo supracitado que “três requisitos essenciais devem ser observados por quem pretende atuar como mediador extrajudicial: 1. Capacidade de Direito; 2. Confiança das partes; 3. Capacitação em mediação.”¹⁷⁴

Nesse ponto, destaca-se o enunciado n. 47 da I Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios, o qual dispõe que:

A menção à capacitação do mediador extrajudicial, prevista no art. 9º da Lei n. 13.140/2015, indica que ele deve ter experiência, vocação, confiança dos envolvidos e aptidão para mediar, bem como conhecimento dos fundamentos da mediação, não bastando formação em outras áreas do saber que guardem relação com o mérito do conflito.¹⁷⁵

Além disso, o enunciado 83 aprovado pelo mesmo evento destaca que o terceiro imparcial que auxiliará as partes na resolução de conflitos não precisa estar inscrito na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), tampouco participar de conselhos, associações ou entidades de classe.¹⁷⁶

¹⁷² TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 307. (Grifo pelo autor).

¹⁷³ BRASIL. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. **Lei da Mediação**. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

¹⁷⁴ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 308.

¹⁷⁵ CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. Enunciado n. 47. I Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios.

¹⁷⁶ DALLA, Humberto. **Manual de mediação e arbitragem** / Humberto Dalla e Marcelo Mazzola. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019, p. 133.

Para o direito de família, independente da titulação do mediador, a confiança das partes deve ser a principal característica a ser observada no mediador, pois se uma das partes não confiar na pessoa a qual conduzirá a sessão de mediação, essa que não possui a confiança, dificilmente conseguirá expor seus verdadeiros sentimentos e vontades, e conseqüentemente, não terá a solução almejada.

Por fim, em relação a mediação extrajudicial, é válido mencionar ainda sobre os meios consensuais em serventias extrajudiciais, uma vez que segundo afirma Érica Barbosa e Silva *apud* Fernanda Tartuce:

Notários e Registradores devem exercer essa nova atribuição relacionada à aplicação específica dessas técnicas, atuando como facilitadores da comunicação e, pela investigação das suas razões, favorecendo a resolução do conflito. Dessa forma, é evidente que não está atrelada a nenhuma especialidade cartorial, tanto que o provimento não fala em distinção por atribuição [...] É certo que essa interpretação favorece a população, pois as Serventias Extrajudiciais estão espalhadas por todo o território e estão presentes até mesmo nos locais mais longínquos. Sem essas restrições, haverá grande ampliação das arenas de solução consensual de conflitos, favorecendo o desenvolvimento da Justiça colaborativa.¹⁷⁷

Assim, pontuados algumas características da mediação extrajudicial, passa-se agora para as observações da mediação judicial.

4.1.2. Mediação Judicial

Diferente da mediação extrajudicial, a mediação “será judicial quando efetivada no curso de uma demanda já instaurada, sendo conduzida por mediadores judiciais, designados pelo juiz da causa ou indicados pelos Centros (CEJUSCs)”.¹⁷⁸ Isto é, quando o conflito chega ao judiciário, está-se diante da mediação judicial.

Elaine Cristina Costa Arruda dispõe que:

[...] a mediação referida e regulada é aquela que venha a ser desenvolvida em colaboração com a jurisdição estatal, conhecida como mediação judicial ou pré-judicial, não afetando diretamente as mediações comunitárias ou realizadas no âmbito de relações privadas, extrajudiciais.¹⁷⁹

¹⁷⁷ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 312.

¹⁷⁸ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 315.

¹⁷⁹ ARRUDA, Elaine C. F. C. **Mediação Familiar: uma solução de conflitos no direito de família contemporâneo**. Monografia (Especialização Direto Civil). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá/MT, 2017, p. 23.

Assim, conforme preceitua o art. 24 da Lei da Mediação, a mediação judicial é desenvolvida nas dependências do Poder Judiciário, por intermédios de centros especializados para resolução dos conflitos.¹⁸⁰

Conforme destaca Fernando Gajardoni *apud* Fernanda Tartuce:

A criação destes órgãos, dotados de certa autonomia em relação às unidades judiciais, é essencial para o funcionamento do modelo de processo civil proposto pelo CPC/2015, em que as tarefas de conciliação/mediação, preferencialmente, não serão afetas ao magistrado.¹⁸¹

Ocorre que no âmbito familiar, quando um conflito chega ao judiciário, possivelmente já está com um desgaste exacerbado, o que se torna mais difícil obter a solução, devendo a jurisdição estatal estar preparada para buscar a forma mais justa de solucionar o conflito.

No entanto, nas palavras de Amanda Passos Gonçalves, as vias judiciais não são as formas mais efetivas para solucionar uma controvérsia, uma vez que o processo fica muito tempo em curso, visto a morosidade em que o judiciário se locomove, não mais interessando a decisão para as partes quando proferida ou fomentando ainda mais o conflito por meio de recursos infundáveis.¹⁸²

A autora complementa discorrendo que, em relação à mediação judicial:

Para alcançar a plenitude da duração razoável do processo e o acesso à justiça, deve-se dar efetividade a prestação jurisdicional, e para isso, é evidente que o Judiciário deve incentivar os meios alternativos de resolução de conflitos.¹⁸³

Observa-se que como mencionado anteriormente, com o advento da Resolução do CNJ nº 125/2010, bem como com a normatização da mediação por intermédio da Lei 13.140/2015 e do CPC de 2015, o Poder Judiciário ficou menos impositivo e mais pacificador, visto que fomenta o diálogo e o consenso entre as

¹⁸⁰ BARROS, M. do C; MONTEIRO, M. D. B. A. **Mediação, conciliação e arbitragem**: teoria e prática / (organizadoras), Maria Darlene Braga Araújo Monteiro, Maria do Carmo Barros. 2v. – Fortaleza: INESP, 2018, p. 68.

¹⁸¹ TARTUCE, Fernanda. *Mediação nos Conflitos Cíveis*. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 315.

¹⁸² GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 17/18.

¹⁸³ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 19.

partes, a fim de reestruturar o convívio entre os conflitantes, ao invés de simplesmente resolver o imbróglio.¹⁸⁴

Assim, preconiza Amanda Passos Gonçalves, “que a mediação se apresenta como o meio mais adequado para a resolução dos conflitos familiares, prestando ao núcleo familiar o acesso à justiça, mas também uma efetividade jurisdicional”.¹⁸⁵

No entanto, é preciso observar que as pessoas envolvidas na resolução do conflito, seja o magistrado ou o mediador, quando se tratar de controvérsias familiares, necessitam conhecer com qual arranjo familiar está ocorrendo o litígio, de modo a dar uma solução justa para cada caso concreto, respeitando os princípios do direito de família.

Conhecendo o conjunto familiar conflituoso, nesse ponto, o papel do mediador é fundamental para o diálogo entre as partes, uma vez que “conduzirá o procedimento de comunicação entre as partes buscando o entendimento e o consenso para facilitar a resolução do conflito”, conforme dispõe o art. 4º, § 1º da Lei de mediação.¹⁸⁶

Nesse viés, que o art. 11 do mesmo dispositivo legal supracitado, menciona que:

Poderá atuar como mediador judicial a pessoa capaz, graduada há pelo menos dois anos em curso de ensino superior de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e que tenha obtido capacitação em escola ou instituição de formação de mediadores, reconhecida pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM ou pelos tribunais, observados os requisitos mínimos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça em conjunto com o Ministério da Justiça.¹⁸⁷

Ademais, vale mencionar “o mediador judicial cadastrado não pode exercer a advocacia no juízo em que exerce suas funções”, nos termos do art. 167, § 5º do CPC¹⁸⁸.

¹⁸⁴ BRASIL, Valentina Paula. **A transformação da família e a mediação de conflitos familiares**: uma proposta de manutenção do afeto parental. (Graduação do Curso de Direito). Faculdade Meridional – IMED, Passo Fundo/RS, 2016, p. 32.

¹⁸⁵ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 19.

¹⁸⁶ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021. p. 250.

¹⁸⁷ BRASIL. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. **Lei da Mediação**. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

¹⁸⁸ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021. p. 320.

Outro ponto a ser discutido é a mediação prevista no Código de Processo Civil de 2015. Valentina Paula Brasil discorre que no CPC, em seu art. 334, “tanto o autor como réu podem requerer a audiência de mediação ou conciliação, de acordo com suas necessidades, mas aconselha-se nas relações continuadas como de família utilizar a audiência de mediação”.¹⁸⁹

É cediço que devido ao acúmulo de demandas e a falta de pessoas capacitadas para realizar a mediação no Judiciário, faz com que a mediação do aludido artigo seja realizada de forma equivocada, não sendo respeitadas as técnicas e fases necessárias, tampouco são efetivadas em tempo hábil para restabelecer conexões e solucionar conflitos familiares.

Por esse motivo, o Conselho Nacional de Justiça, por meio da portaria nº 297 de 17 de dezembro de 2020, institui diretrizes para o Curso de Formação de Conciliador Aprendiz, para que estagiários e outros profissionais não habilitados, que muitas vezes são colocados para desempenhar esse papel tão importante, se capacitem para atuar no sistema de justiça, tanto como conciliadores, quanto mediadores.¹⁹⁰

Nota-se independente do âmbito em que é realizada a mediação, seja ele judicial ou extrajudicial, a primazia está no restabelecimento do diálogo/vínculo entre as partes controversas, o que é muito importante nas relações familiares, uma vez que a família é uma base da nossa sociedade. Necessário, assim, que todos os atuantes no conflito, sejam eles escolhidos pelas partes ou auxiliares do juízo, respeitem e procurem a melhor solução para o caso concreto, estabelecendo-se como primazia, a harmonia e a solução dos conflitos familiares.

Ante o exposto, passa-se agora aos apontamentos acerca das fases do processo de mediação.

¹⁸⁹ BRASIL, Valentina Paula. **A transformação da família e a mediação de conflitos familiares**: uma proposta de manutenção do afeto parental. (Graduação do Curso de Direito). Faculdade Meridional – IMED, Passo Fundo/RS, 2016, p. 34.

¹⁹⁰ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Gabinete do Ministro. **Portaria** nº 297, de 17 de dezembro de 2020. Brasília, 1999.

4.2 FASES DO PROCESSO DE MEDIAÇÃO

Como em qualquer processo, a mediação também possui fases para a obtenção de seu resultado, que é a solução de conflitos.¹⁹¹ Deve-se sempre lembrar, nesse ponto, que na mediação não existe formalidade a ser seguida, podendo as etapas serem realizadas de inúmeras formas, dependendo da complexidade de cada caso.

Para o autor Carlos Eduardo Vasconcelos, nos dias atuais a mediação é dividida em seis fases para melhor auxiliar no procedimento, contudo, “há autores que preferem considerar a pré-mediação como primeira etapa e subdividir em mais sete, totalizando assim, oito etapas, e adotando nomenclatura própria”.¹⁹²

A primeira fase destacada por Carlos E. Vasconcelos é “as apresentações, esclarecimentos de abertura e o Termo Inicial de Mediação”. Essa é a fase de declaração de abertura, em que o mediador se apresenta, agradece a presença de todos em específico, fala acerca do tempo médio da reunião e de sua imparcialidade como mediador, informa sobre a importância do sigilo e do diálogo no ato, com a possibilidade de reuniões privadas para maior produtividade em relação a alguns assuntos.¹⁹³

Um ponto importante a ser destacado em relação a durabilidade da sessão é que:

Na mediação institucional, por exemplo, o mediador pode se comprometer a destinar certo número de horas à mediação (por exemplo, vinte horas). Igualmente, na mediação privada ad hoc o mediador pode pactuar sua atuação em um certo número de horas ou ajustar a combinação em cada sessão.¹⁹⁴

Assim, a fase de declaração de abertura, nas palavras de Iana Lara Ferraz Olegário *et al*, na obra de Maria Darlene Braga Araújo Monteiro e Maria do Carmo Barros, nada mais é do que:

¹⁹¹ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 30.

¹⁹² VASCONCELOS, Carlos Eduardo. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas** / Carlos Eduardo de Vasconcelos. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020, p. 150.

¹⁹³ VASCONCELOS, Carlos Eduardo. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas** / Carlos Eduardo de Vasconcelos. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020, p. 150.

¹⁹⁴ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Civis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 265.

[...] mais um momento informativo, em que o mediador irá apresentar as partes, como se dá o procedimento da mediação, e no que de fato ele consiste, até porque nem sempre é realizada a etapa da pré-mediação, de forma que chega-se sem ter o conhecimento necessário, o que pode gerar inicialmente uma sensação de insegurança nos participantes.¹⁹⁵

Apenas à título de explicação, a pré-mediação é a etapa em que é informado às partes o que é mediação, os princípios que a regem e qual o papel do mediador, em separado da apresentação das partes e outras informações.¹⁹⁶ No entanto, como visto, essa etapa muitas vezes é deixada para trás, iniciando a mediação pela declaração de abertura, onde essa, já abrange o que seria realizado na pré-mediação.

Seguramente a declaração de abertura é essencial para a mediação, uma vez que o mediador se apresenta e, conseqüentemente dá oportunidade para que as partes do litígio se apresentem, além de ser incumbido de “estabelecer as regras básicas de tratamento que deverão ser observadas durante o procedimento, tais como, respeito mútuo, sinceridade e escuta ativa (escutar com atenção)”.¹⁹⁷

Na mediação familiar, se não houver a fase de apresentação das partes e do mediador, bem como o estabelecimento de todas as regras da mediação, pelo mediador, possivelmente as partes não respeitarão as próximas fases do ato.

Já a segunda fase da mediação é denominada de “narrativas iniciais dos mediandos”, onde o autor Carlos Eduardo Vasconcelos pontua que “se inicia com a solicitação do mediador para que cada um dos mediandos narre a questão trazida à mediação”.¹⁹⁸

Para o conflito familiar essa fase é de suma importância, pois, quando as partes estão em conflito e chegam para realizar a mediação, muitas vezes não conhecem a versão da outra parte, seja esse por interesse ou desinteresse em saber a visão da outra parte.

¹⁹⁵ BARROS, M. do C; MONTEIRO, M. D. B. A. Mediação, conciliação e arbitragem: teoria e prática / (organizadoras), Maria Darlene Braga Araújo Monteiro, Maria do Carmo Barros. 2v. – Fortaleza: INESP, 2018, p. 76.

¹⁹⁶ BARROS, M. do C; MONTEIRO, M. D. B. A. Mediação, conciliação e arbitragem: teoria e prática / (organizadoras), Maria Darlene Braga Araújo Monteiro, Maria do Carmo Barros. 2v. – Fortaleza: INESP, 2018, p. 76.

¹⁹⁷ LUCHIARI, Valeria Ferioli Lagrasta. **Mediação judicial**: análise da realidade brasileira : origem e evolução até a Resolução n. 125, do Conselho Nacional de Justiça / Valeria Ferioli Lagrasta Luchiari ; coordenadores Ada Pellegrini Grinover, Kazuo Watanabe. - Rio de Janeiro : Forense, 2012, p. 32.

¹⁹⁸ VASCONCELOS, Carlos Eduardo. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas** / Carlos Eduardo de Vasconcelos. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020, p. 153.

Essa etapa é conhecida como fase investigatória, uma vez que as partes “terão chance de expor, a viva voz, sua percepção do que ocorreu para que chegassem até ali”.¹⁹⁹

Nesse ponto, Valéria Luchiari discorre:

A primeira declaração dos mediados geralmente expressa suas posições predefinidas, que parecem inconciliáveis. Cabe então, ao mediador permitir que falem à vontade, buscando os verdadeiros interesses contidos nos discursos, que servirão de base para a negociação, promovendo a compreensão mútua desses interesses e pretensões. Isso permite que o mediador, junto com as partes, passe para a fase seguinte da mediação, o planejamento.²⁰⁰

Para Amanda Passos Gonçalves, essa é a etapa de:

[...] levantamento de dados, momento que o mediador busca esclarecimentos a respeito das narrativas, para suscitar dúvidas dos mediados, objetivando o amadurecimento e o aumento da segurança dos litigantes. Esse momento possibilita ao mediador identificar o verdadeiro conflito, que não apenas o aparente.²⁰¹

A fase seguinte, o autor Carlos E. Vasconcelos denomina de “o compartilhamento de um resumo do acontecido e a elaboração de uma agenda”, que é o resumo das questões a serem esclarecidas, expostas pelo mediador.²⁰²

Conhecida como etapa do planejamento, segundo Valéria Luchiari:

Nessa etapa, organiza-se uma agenda de trabalho, que tem por base as exposições das partes, o tipo de conflito e suas expectativas em relação a prazos a serem cumpridos. O mediador, então, após ouvir atentamente as versões das partes sobre o conflito, deve fazer um resumo, que servirá de ponto de partida para a negociação e, ao elaborar esse resumo, deve estar seguro de que compreendeu o problema, permitindo às partes, para tanto, que o interrompam para esclarecer qualquer erro ou inexatidão que porventura tenha cometido. O objetivo desse resumo é unir as versões das partes numa só, para que percebam que, apesar das diferenças, o problema

¹⁹⁹ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 265.

²⁰⁰ LUCHIARI, Valeria Ferioli Lagrasta. **Mediação judicial: análise da realidade brasileira : origem e evolução até a Resolução n. 125, do Conselho Nacional de Justiça / Valeria Ferioli Lagrasta Luchiari; coordenadores Ada Pellegrini Grinover, Kazuo Watanabe**. - Rio de Janeiro : Forense, 2012, p. 33.

²⁰¹ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 31.

²⁰² VASCONCELOS, Carlos Eduardo. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas / Carlos Eduardo de Vasconcelos**. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020, p. 155.

é único e pode conter muito mais pontos de convergência do que imaginam.²⁰³

Nas palavras de Maria Darlene Braga Araújo Monteiro e Maria do Carmo Barros, nessa fase:

[...] ocorre o estabelecimento de uma pauta de trabalho, onde os elementos subjetivos do conflito são, em certa medida, objetivados. Para tanto, o mediador vai utilizar a técnica do resumo, por meio do qual vai expressar, de forma sucinta alguns, aspectos que foram ditos pelas partes, destacando pontos positivos e pontos em que divergem, sem mudar seu sentido, para que possa ser visualizado, de forma mais clara, o que foi exposto por elas durante a sessão.²⁰⁴

Para que isso ocorra o mediador precisa atuar de forma a facilitar o diálogo entre as partes, agindo com filtro de informações, tirando suas dúvidas e trazendo o conflito para a atualidade, “permitindo, desse modo, que as partes tenham uma visão mais ampla de todo o contexto e, por decorrência, dos interesses e das questões”.²⁰⁵

A quarta fase em que o autor Carlos Vasconcelos denomina como essencial para a mediação é a “busca das reais necessidades e criação de opções para a tomada de decisão”, onde as partes conflitantes já conhecem seus objetivos semelhantes, e por intermédio da comunicação, estão dispostas a encontrar a solução, antes inimaginável.²⁰⁶

Nessa etapa as partes se aprofundam no problema identificam seus verdadeiros interesses que objetivam a realização de um acordo exitoso para todas as partes.²⁰⁷ Amanda Passos Gonçalves, denomina essa fase como “estágio da criação de opções, aonde os mediados expõem suas ideias, suas opções de forma criativa. Aqui o mediador auxiliará as partes a desenvolverem soluções”.²⁰⁸

²⁰³ LUCHIARI, Valeria Ferioli Lagrasta. **Mediação judicial: análise da realidade brasileira : origem e evolução até a Resolução n. 125, do Conselho Nacional de Justiça** / Valeria Ferioli Lagrasta Luchiari ; coordenadores Ada Pellegrini Grinover, Kazuo Watanabe. - Rio de Janeiro : Forense, 2012, p. 33.

²⁰⁴ BARROS, M. do C; MONTEIRO, M. D. B. A. **Mediação, conciliação e arbitragem: teoria e prática** / (organizadoras), Maria Darlene Braga Araújo Monteiro, Maria do Carmo Barros. 2v. – Fortaleza: INESP, 2018, p. 77.

²⁰⁵ AZEVEDO, André Gomma (org.). **Manual de Mediação Judicial**. (Brasília/DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD), 2012, p. 129.

²⁰⁶ VASCONCELOS, Carlos Eduardo. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas** / Carlos Eduardo de Vasconcelos. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020, p. 155.

²⁰⁷ LUCHIARI, Valeria Ferioli Lagrasta. **Mediação judicial: análise da realidade brasileira : origem e evolução até a Resolução n. 125, do Conselho Nacional de Justiça** / Valeria Ferioli Lagrasta Luchiari ; coordenadores Ada Pellegrini Grinover, Kazuo Watanabe. - Rio de Janeiro : Forense, 2012, p. 34.

²⁰⁸ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 31.

Nas palavras de Maria Darlene Braga Araújo Monteiro e Maria do Carmo Barros, é nessa fase que:

[...] inicia-se a etapa da criação de opções, onde as partes são estimuladas a criarem o maior número possível de opções de solução sem críticas, ou julgamentos. Isso é importante para evitar que as sugestões sejam tomadas como propostas, o que pode ser prejudicial, pois as partes podem iniciar uma análise prematura, dificultando o surgimento de uma possível solução eficaz.²⁰⁹

É nesse momento que o mediador pode realizar reuniões individuais com cada parte, objetivando alcançar o interesse comum. Vale mencionar que ao final de cada reunião, o mediador necessita perguntar para o mediado ao qual foi realizado a oitiva, quais os pontos da conversa que poderá debater com o outro mediado, se for de interesse da parte ouvida.²¹⁰

Com relação a quinta fase destacada pelo autor Carlos Eduardo Vasconcelos, a qual é conhecida como “a exploração das opções e de eventuais alternativas, para tomada de decisões com base em critérios objetivos”, quando as partes se deparam com mais de uma alternativa para tomada de decisão, o mediador pode utilizar ferramentas que auxiliem os mediados em suas escolhas.²¹¹

Segundo Christopher Moore *apud* Valéria Luchiari:

[...] é importante para os mediadores explorarem com as partes, os padrões e critérios específicos que eles estão usando ao determinar a possibilidade de aceitação de um acordo. A compreensão de sua estrutura conceitual pode ajudar o interventor a trabalhar com sucesso dentro da própria visão de mundo das partes, interpretar a lógica de uma das partes para as outras e, finalmente, facilitar o acordo.²¹²

Assim, realizada todas as cinco etapas acima mencionadas, onde as partes conseguem ter uma maior compreensão acerca de suas necessidades, parte-se para

²⁰⁹ BARROS, M. do C; MONTEIRO, M. D. B. A. Mediação, conciliação e arbitragem: teoria e prática / (organizadoras), Maria Darlene Braga Araújo Monteiro, Maria do Carmo Barros. 2v. – Fortaleza: INESP, 2018, p. 77.

²¹⁰ VASCONCELOS, Carlos Eduardo. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas** / Carlos Eduardo de Vasconcelos. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020, p. 156.

²¹¹ VASCONCELOS, Carlos Eduardo. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas** / Carlos Eduardo de Vasconcelos. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020, p. 157.

²¹² LUCHIARI, Valeria Ferioli Lagrasta. **Mediação judicial: análise da realidade brasileira : origem e evolução até a Resolução n. 125, do Conselho Nacional de Justiça** / Valeria Ferioli Lagrasta Luchiari ; coordenadores Ada Pellegrini Grinover, Kazuo Watanabe. - Rio de Janeiro : Forense, 2012, p. 35.

a sexta e última etapa mencionada pelo autor Carlos Eduardo Vasconcelos, que é “a elaboração do Termo Final de Mediação, com ou sem acordo”.²¹³

Primeiramente, importante se faz mencionar que essa etapa, nas palavras de Fernanda Tartuce:

[...] pode resultar no agendamento de uma nova reunião, na assunção de algum compromisso (ainda que represente uma solução parcial e provisória), na celebração de um acordo, na suspensão momentânea das reuniões ou no decreto do fim da tentativa consensual. Essa deliberação dependerá das partes, que no exercício de sua autodeterminação escolherão o caminho que desejam trilhar.²¹⁴

Ou seja, nem sempre a fase conclusiva da mediação vai resultar na estabulação de um acordo, podendo se estender em novas reuniões, haver um acordo que aborda a solução parcial do litígio ou, conforme se abstrai do entendimento supracitado, até mesmo as partes decidirem por não continuar a mediação.

Nas palavras de Carlos E. Vasconcelos:

O procedimento de mediação será encerrado lavrando-se o Termo Final de Mediação, seja quando for obtido acordo ou quando não se justificarem novos esforços para a obtenção de consenso, seja por declaração do mediador nesse sentido ou por manifestação de qualquer das partes.²¹⁵

Se as partes formularem um acordo, esse deverá ser redigido a termo e se for uma sessão extrajudicial, o acordo se tornará um título executivo extrajudicial. Caso a mediação seja realizada dentro no âmbito Judiciário, a perfectibilização da transação servirá como título executivo judicial.²¹⁶

Valéria Luchiari discorre que, em caso de não realização de acordo:

[...] pode ser redigido um termo de encerramento da mediação, com a identificação dos envolvidos e a informação de não obtenção do acordo, sem menção, porém, às manifestações das partes e suas eventuais propostas,

²¹³ VASCONCELOS, Carlos Eduardo. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas** / Carlos Eduardo de Vasconcelos. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020, p. 157.

²¹⁴ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 268.

²¹⁵ VASCONCELOS, Carlos Eduardo. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas** / Carlos Eduardo de Vasconcelos. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020, p. 157.

²¹⁶ VASCONCELOS, Carlos Eduardo. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas** / Carlos Eduardo de Vasconcelos. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020, p. 157

que ficam resguardadas pelo sigilo, salvo expresso desejo das partes em sentido contrário.²¹⁷

Ainda, ao final da sessão, o mediador ainda fortalece os laços entre as partes, pontuando aspectos positivos do ato, bem como agradecendo o empenho de todos os envolvidos.²¹⁸

Após a apresentação das fases da mediação, reiterando-se que não é um modelo único a ser seguido, passa-se a análise das técnicas utilizadas na mediação.

4.3 TÉCNICAS DE MEDIAÇÃO

Algumas técnicas são essenciais para resolução de conflitos de forma exitosa na mediação, motivo pelo qual será apresentado a seguir as principais técnicas utilizadas na atualidade para facilitação do diálogo, quais sejam: Atitude de acolhimento (afago, Linguagem apreciativa, silêncio, normalização), escuta ativa, perguntas sem julgamento, reciprocidade escuta-fala, prioridade à questão relacional, validação de sentimentos, parafraseamento, usando como base o entendimento de Carlos Eduardo Vasconcelos. Ainda, será apresentado técnicas como *brainstorming* e resumo, bem como acerca da utilização de sessões individuais dentro da mediação chamadas de *Caucus*.

A primeira técnica a ser abordada é a atitude de acolhimento, que significa a capacidade do mediador de reconhecer a força da emoção criada pelas experiências dos mediados, na solução da controvérsia.²¹⁹ Para Carlos Eduardo Vasconcelos:

A atitude de acolhimento concretiza a ética de tolerância, com seu *ethos* de alteridade. E se expressa por meio de práticas de afago, de conotação positiva (linguagem apreciativa), de silêncio, de normalização com enfoque prospectivo e, portanto, de cuidados na construção de um bom *rapport*.²²⁰

²¹⁷ LUCHIARI, Valeria Ferioli Lagrasta. **Mediação judicial: análise da realidade brasileira : origem e evolução até a Resolução n. 125, do Conselho Nacional de Justiça** / Valeria Ferioli Lagrasta Luchiari ; coordenadores Ada Pellegrini Grinover, Kazuo Watanabe. - Rio de Janeiro : Forense, 2012, p. 35.

²¹⁸ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 31.

²¹⁹ VASCONCELOS, Carlos Eduardo. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas** / Carlos Eduardo de Vasconcelos. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020, p. 167.

²²⁰ VASCONCELOS, Carlos Eduardo. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas** / Carlos Eduardo de Vasconcelos. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020, p. 167. (Itálicos no Original).

Nos dizeres de Amanda Passos Gonçalves, *rapport* é o momento em o mediador cria um vínculo com os conflitantes, ao passo de o primeiro realizar o papel da aceitação, e os últimos o papel de confiança.²²¹

Já em breves pinceladas, o afago é uma atitude de gentileza e bom-humor, realizada da forma mais espontânea e apresentando o melhor ambiente para as partes. No tocante a linguagem apreciativa, tem-se que é necessária pois substitui expressões negativas por simples palavras positivas, gerando empatia entre as pessoas, como exemplo a substituição de difícil, por desafiador. Nada obstante, o silêncio é peça fundamental na mediação, visto que mostra respeito e é essencial saber a hora de utilizá-lo, pois demonstra empatia. Por fim e não menos importante, a normalização com enfoque prospectivo contribui para que todos os envolvidos se sintam confortáveis, onde o mediador valida a história dos mediados, sem culpar uma ou outra parte.²²²

Neste raciocínio, a segunda técnica utilizada é a escuta ativa. Para Fernanda Tartuce:

A escuta ativa permite à pessoa perceber que ela é objeto de atenção, mostrando-se o interlocutor interessado em seus pensamentos e em suas opiniões; é também conhecida como “reciprocidade”, já que “as duas pessoas estão comprometidas no processo de ouvir ativamente e trocar informações”.²²³

Nota-se que essa técnica revela uma postura de observação sem julgamento, reconhecendo a necessidade de se expressar do outro, seja por meio corporal ou verbal, sem aconselhamentos, uma vez que quando você aconselha uma pessoa, você se põe superior a ela, bloqueando a necessidade primordial do indivíduo, principalmente na mediação, que é de se expressar. Para Carlos Vasconcelos, “o mediador de conflitos deve ser aquele alguém que compreende e assume a importância dessa atitude compassiva, dessa paciência, dessa serenidade”.²²⁴

²²¹ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 32.

²²² VASCONCELOS, Carlos Eduardo. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas** / Carlos Eduardo de Vasconcelos. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020, p. 168/170.

²²³ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 254.

²²⁴ VASCONCELOS, Carlos Eduardo. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas** / Carlos Eduardo de Vasconcelos. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020, p. 171 e 174.

Em relação a terceira técnica, denominada como perguntas sem julgamento, é onde o mediador realizar perguntas que apoiam o processo de reconhecimento. Quanto à substância das perguntas, elas podem ser para obtenção de esclarecimentos ou para facilitar uma revisão (contextualização). No tocante à forma, as perguntas podem ser fechadas, buscando-se uma resposta específica, e abertas, onde se tem por objetivo obter um amplo esclarecimento. Ademais, as perguntas devem ser circulares, vinculando-se aos assuntos e perguntas antes discutidas.²²⁵

Na mediação é importante também que todos sejam informados que terão seu momento contar sua versão da história e escutar a versão da outra parte. Essa etapa é denominada de reciprocidade escuta-fala, e tem por objetivo cativar a parte contrária a se interessar pelo assunto discutido.²²⁶

Interessante mencionar que, segundo Carlos Vasconcelos, quem está responsável por mediar o conflito “adota a tradição de circular algum objeto de pequeno porte, com valor simbólico, como ‘objeto da palavra’, que vai passando de um em um entre os participantes, podendo falar apenas quem esteja de posse do ‘objeto da palavra’”.²²⁷

A prioridade à questão relacional, por sua vez, é uma técnica que tem por intuito separar os conflitos materiais dos pessoais, uma vez que é muito comum que as pessoas, por estarem ressentidas com a outra, acabem não resolvendo uma questão material. Para Carlos Vasconcelos, o ideal é primeiro restaurar a relação pessoal entre as partes, pois isso facilitará caso haja pendências materiais objetos de conflito.²²⁸

A técnica de validação do sentimento, é quando o mediador inverte, hipoteticamente, as partes em relação ao conflito, reconhecendo e respeitando as diferenças existentes, não sendo uma forma de reação, mas sim, de aceitação.²²⁹ Amanda Passos Gonçalves destaca que essa técnica “geralmente é usada nas

²²⁵ VASCONCELOS, Carlos Eduardo. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas** / Carlos Eduardo de Vasconcelos. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020, p. 174/175.

²²⁶ VASCONCELOS, Carlos Eduardo. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas** / Carlos Eduardo de Vasconcelos. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020, p. 178.

²²⁷ VASCONCELOS, Carlos Eduardo. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas** / Carlos Eduardo de Vasconcelos. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020, p. 178.

²²⁸ VASCONCELOS, Carlos Eduardo. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas** / Carlos Eduardo de Vasconcelos. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020, p. 186.

²²⁹ VASCONCELOS, Carlos Eduardo. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas** / Carlos Eduardo de Vasconcelos. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020, p. 186.

sessões individuais, e é o mediador que irá expor tais validações, sem dizer se ela está certa ou errada, de forma a não comprometer sua imparcialidade”.²³⁰

Nesse ponto, Tania Almeida e Samantha Pelajo *apud* Fernanda Tartuce, afirma que as sessões individuais, conhecidas como “*Caucus*” também são uma técnica, uma vez que:

As reuniões privadas são especialmente úteis quando se lida com situações extremamente carregadas de tensão e de emoção, uma vez que possibilitam às partes falar abertamente e, ao mediador, fazer perguntas mais diretas, que implicam, por exemplo, rever a própria contribuição para a situação conflituosa. No espaço privado, o discurso dos litigantes é predominantemente na terceira pessoa do singular, as acusações prevalecem e os mediadores podem ajudar os mediados a redefinir suas queixas em preocupações, identificando valores morais que estariam sendo violados pelo comportamento do outro, como o respeito e a confiança, entre outros.²³¹

O parafraseamento também é uma técnica muito utilizada na mediação, onde o mediador recontextualiza uma frase que fora proferida de forma mais agressiva ou injusta por uma parte, colocando-o de uma forma mais aceitável para não causar ainda mais conflito.²³² No entendimento de Amanda Passos Gonçalves, “o objetivo da paráfrase é fazer com que os mediados sintam-se que foram entendidos, que o mediador tenha entendido o que foi dito e permite que as partes repensem antes de responder”.²³³

Por fim, a técnica do resumo é quando o mediador seleciona os principais pontos do diálogo e resume para as partes, para facilitar o entendimento entre elas. Já no tocante a técnica chamada *brainstorming*, conhecida como técnica de geração de opções, Amanda Passos Gonçalves, discorre que “essa técnica só poderá ser usada quando as partes deixarem de lado o passado, colocando em ênfase o

²³⁰ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 34.

²³¹ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 261.

²³² VASCONCELOS, Carlos Eduardo. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas** / Carlos Eduardo de Vasconcelos. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020, p. 190.

²³³ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 32/33.

presente, para garantir um futuro melhor entre elas. É também conhecida como tempestade de ideias”.²³⁴

Essa técnica permite com que todos os participantes da mediação sugiram ideias para solucionar o conflito, devendo ser utilizada somente quando o mediador sentir que o conflito está quase solucionado.

Ante todo o exposto, passa-se agora para as facilidades e dificuldades da utilização da mediação para realizar conflitos familiares, a fim de concluir se é (in) aplicável a mediação nesse âmbito.

4.4 AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA UTILIZAÇÃO DA MEDIAÇÃO NO ÂMBITO FAMILIAR

Conforme preceitua o art. 5º, XXXV da Constituição Federal de 1988, o Estado tem o dever de amparar o indivíduo à toda ameaça e lesão ao direito que venha a sofrer e, para isso, o Poder Judiciário é acionado e por intermédio de uma decisão Judicial, a pessoa tem seu direito garantido.²³⁵

Para que o indivíduo tenha seu direito afiançado pelo Estado, é necessário que o mesmo tenha acesso à justiça e, nesse ponto, Humberto Dalla destaca que:

Com essa base, é fundamental reconhecer o acesso à justiça como princípio essencial ao funcionamento do Estado de direito. Isso porque um Estado estruturado sob esse postulado deve garantir, na sua atuação como um todo, isonomia substancial aos cidadãos. E na função jurisdicional, esse dever de igualdade se expressa, precisamente, pela garantia de acesso à justiça.²³⁶

No entanto, diante desse direito inerente a cada indivíduo, o Judiciário não consegue atender todas as demandas judiciais com a celeridade devida, fazendo com que processos permaneçam durante anos tramitando, sem uma solução efetiva.

A primeira vantagem a ser destacada na mediação é a sua utilização não só no âmbito Judicial, mas também fora de suas dependências. A mediação extrajudicial é peça fundamental para que os conflitos familiares não cheguem até o judiciário, ou

²³⁴ GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015, p. 34.

²³⁵ BRASIL, Valentina Paula. **A transformação da família e a mediação de conflitos familiares**: uma proposta de manutenção do afeto parental. (Graduação do Curso de Direito). Faculdade Meridional – IMED, Passo Fundo/RS, 2016, p. 50.

²³⁶ DALLA, Humberto. **Manual de mediação e arbitragem** / Humberto Dalla e Marcelo Mazzola. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019, p. 54.

até mesmo que, quando lá chegarem, se resolvam com mais facilidade e rapidez, o que por si só, já gera outra vantagem, qual seja, a diminuição de despesas tanto para o Estado, quanto para as partes.

Contudo segundo Valentina Passos Brasil, “não existe ainda uma aplicabilidade afetiva no Brasil no âmbito familiar” referente a mediação extrajudicial.²³⁷

Quando se trata de conflitos familiares, a espera pela solução da controvérsia pode causar danos irreparáveis e nesse ponto, a mediação aparece como uma vantagem para a solução do conflito, uma vez que na mediação, “por existir o diálogo e o consenso, trabalha a plenitude do conflito nas relações continuadas”, não permitindo que a relação entre as partes conflitantes se desgaste ainda mais.²³⁸

Nota-se que a mediação quando realizada da forma correta, utilizando-se todos os princípios, técnicas e etapas anteriormente mencionados, pode restabelecer um vínculo danificado com muito mais celeridade, ou seja, a mediação pode ser uma ferramenta para diminuir o ingresso das demandas judiciais no âmbito dos conflitos familiares, ou até mesmo solucionar com rapidez as já existentes, restabelecendo um vínculo com muito mais rapidez, sem danificar ainda mais a relação entre as partes, ou seja, reduzindo o desgaste emocional.

Segundo Valentina Paula Brasil:

Ainda como vantagem, um ponto relevante é a autonomia que a parte tem para com o andamento da sessão, propondo a análise crítica da situação, valorizando os pontos positivos, analisando a argumentação de cada indivíduo. E por fim, torna possível a conscientização das partes de que o problema tem solução, e que são os mesmos que devem tentar solucionar este problema.²³⁹

É válido mencionar também outra vantagem da mediação, que é a desburocratização, uma vez que esse meio alternativo de resolução de conflitos não exige um processo formal. No entanto, segundo Humberto Dalla, essa “informalidade não pode surpreender as partes”. O autor cita como exemplo a prática de sessões

²³⁷ BRASIL, Valentina Paula. **A transformação da família e a mediação de conflitos familiares**: uma proposta de manutenção do afeto parental. (Graduação do Curso de Direito). Faculdade Meridional – IMED, Passo Fundo/RS, 2016, p. 52.

²³⁸ BRASIL, Valentina Paula. **A transformação da família e a mediação de conflitos familiares**: uma proposta de manutenção do afeto parental. (Graduação do Curso de Direito). Faculdade Meridional – IMED, Passo Fundo/RS, 2016, p. 50.

²³⁹ BRASIL, Valentina Paula. **A transformação da família e a mediação de conflitos familiares**: uma proposta de manutenção do afeto parental. (Graduação do Curso de Direito). Faculdade Meridional – IMED, Passo Fundo/RS, 2016, p. 52.

individuais (*caucus*), uma vez que quando realizada, deverá ser informada as partes anteriormente sobre a possibilidade de realização, de modo que não sejam surpreendidas quando utilizada a referida técnica.²⁴⁰

No mesmo sentido, Fernanda Tartuce destaca que:

[...] embora a Lei de Mediação aponte ser a informalidade um de seus princípios⁹⁷, ela direciona a atuação do mediador ao dispor que, no início da primeira reunião, e sempre que julgar necessário, ele deva alertar as partes sobre as regras de confidencialidade aplicáveis ao procedimento⁹⁸. A previsão não deve ser vista como uma contradição: a lei regula o tema para trazer parâmetros úteis e alguma previsibilidade, mas não impõe um modo rígido de atuação.²⁴¹

Assim, outra questão vantajosa na mediação, é a possibilidade de as partes controvertidas controlar o rumo da sessão, haja vista que decidem a hora de iniciar e finalizar a mediação, tudo com o mais repleto sigilo.

Ocorre que apesar da mediação ser um meio de resolução de conflito que possui inúmeras vantagens, não só para as partes, mas também para o próprio Estado, que nesse passo atua como garantidor do Direito, a mediação possui algumas desvantagens que ainda necessitam ser discutidas.

A primeira desvantagem da mediação diz respeito a disparidade de condições existentes entre as partes. Segundo Valentina Paula Brasil, “por ser um método onde os indivíduos têm autonomia para dirigir o andamento da sessão, é possível haver algum tipo de desvantagens entre uma parte e outro, como por exemplo o poder aquisitivo de cada uma”. A autora ainda pontua que uma das maiores desvantagens seja a falta de conhecimento sobre a aplicabilidade da mediação, onde muitas vezes os operadores do direito, por não conhecerem as fases e as técnicas da mediação²⁴², acabam não a utilizando de forma correta e, conseqüentemente, não conseguem alcançar todos os resultados possíveis que poderiam obter para a solução do conflito.

No entanto, apesar de ainda ter muita discussão em relação a mediação na resolução dos conflitos familiares, nota-se que existem mais vantagens do que desvantagens na sua aplicação, sendo de suma importância que, em relação as

²⁴⁰ DALLA, Humberto. **Manual de mediação e arbitragem** / Humberto Dalla e Marcelo Mazzola. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019, p. 93.

²⁴¹ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021, p. 211.

²⁴² BRASIL, Valentina Paula. **A transformação da família e a mediação de conflitos familiares**: uma proposta de manutenção do afeto parental. (Graduação do Curso de Direito). Faculdade Meridional – IMED, Passo Fundo/RS, 2016, p. 53.

desvantagens, haja cada dia mais amparo e especialização das partes envolvidas na controvérsia, para melhor aplicabilidade da mediação no direito de família.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente Trabalho de Curso se deu a partir do questionamento referente a (in) aplicabilidade da Mediação na resolução dos conflitos familiares contemporâneos. Pretendeu-se analisar os Capítulos e alcançar o objetivo principal, o qual foi atingido com sucesso.

Para isso foram analisados os objetivos específicos, quais sejam: a) analisar os princípios e arranjos familiares contemporâneos; b) discutir sobre os aspectos gerais da Mediação; c) demonstrar as vantagens e desvantagens da Mediação na resolução de conflitos familiares contemporâneos.

No primeiro Capítulo apresentou-se a Introdução, seguida das considerações iniciais sobre o Direito de Família e breves acontecimentos relacionados nesse âmbito, bem como sobre os princípios que regem a Mediação, esses, abordados no Capítulo segundo do presente Trabalho. Foram abordados ainda no segundo Capítulo os modelos familiares presentes na nossa sociedade, a fim de atingir por completo o primeiro objetivo específico, qual seja, analisar os princípios e arranjos familiares contemporâneos. Destaca-se, nesse ponto, que por muitos anos prevaleceu um único modelo de núcleo familiar, composto por uma relação matrimonial de modelo patriarcal, restrita entre homens e mulheres. O Código Civil de 1916 discriminava a formação de arranjo familiar diverso dos mencionados anteriormente, não protegendo o vínculo existente sem o casamento, tampouco os filhos que por ventura nascessem dessa relação.

Após acontecimentos ocorridos no século XX, como exemplo, o movimento feminista e o ingresso da mulher no mercado de trabalho, o modelo patriarcal foi perdendo força e as relações familiares foram criando significados diferentes. Assim, após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que trouxe a família como base do Estado, o conceito de família se tornou mais abrangente, sendo necessária a criação de um novo Código Civil, no ano de 2002, que pudesse acompanhar essas transformações existentes na sociedade contemporânea, protegendo arranjos familiares diversos dos anteriormente protegidos.

Além de amparar as mais variadas formas de entidades familiares, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 trouxe princípios fundamentais que são basilares para a proteção familiar. São eles: o princípio da proteção da dignidade da pessoa humana, princípio do pluralismo familiar, princípio da isonomia entre cônjuges e companheiros, princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, princípio da afetividade, princípio da paternidade responsável e princípio da solidariedade familiar no Direito das Famílias.

O princípio da proteção à dignidade da pessoa humana é o mais importante dos princípios que regem o Direito de Família, isso porque, por ter caráter irrenunciável e indelegável, protege as peculiaridades de cada indivíduo independente do arranjo familiar em que esse está incluso, permitindo que se desenvolva de forma plena e com todas as garantias inerentes à vida do ser humano. Outros princípios basilares que merecem relevância é o princípio da afetividade e o da paternidade responsável. Esses princípios, juntamente com o princípio da dignidade da pessoa humana são essenciais para uma família estruturada, uma vez que esses versam sobre a importância do afeto dos genitores para o desenvolvimento de uma criança saudável. Os pais devem prestar todo o tipo de assistências para os seus filhos, principalmente afetiva e, caso isso não ocorra, a criança pode crescer com alguma falha cognitiva que a prejudique tanto nas relações sociais, quando no aprendizado.

Todos os princípios mencionados anteriormente, quando aplicados dentro de arranjos familiares convencionais ou não, servem como pilar para proteção dos direitos de cada indivíduo. Por esse motivo, é necessário que os operadores do Direito, sejam eles juízes, advogados, promotores, técnicos administrativos, dentre outros, conheçam os modelos de família hoje presentes na sociedade, que podem ser informais, matrimoniais, paralelas, poliafetivas, monoparentais, homoafetivas, parentais, compostas ou substitutas. Ou seja, é preciso que esses operadores do Direito se atualizem cientificamente na aplicação do Direito, reconhecendo que o afeto é uma ferramenta complexa que necessita ser avaliada em cada caso concreto, para melhor aplicação da justiça, analisando cada arranjo familiar e as peculiaridades nele presentes.

É cediço que com as transformações ocorrentes em nossa sociedade e, conseqüentemente, o surgimento de novos modelos de entidades familiares, faz com o que surjam novos tipos de conflitos no Direito de Família que precisam ser solucionados, como por exemplo a dissolução de união estável, ou até mesmo a

guarda de uma criança quando da separação do casal hetero ou homoafetivo. Nesse viés, surge a Mediação como método específico para solucionar as controvérsias familiares.

Assim, diante da análise dos princípios e arranjos familiares contemporâneos supramencionados, conclui-se que o primeiro objetivo específico foi atingido.

O terceiro Capítulo deste Trabalho de Curso está ligado ao segundo objetivo específico apresentado na Introdução, que é discutir os aspectos gerais da Mediação. A Mediação, nada mais é do que um meio alternativo de resolução de conflito pelo qual um terceiro imparcial, por intermédio de técnicas específicas, reestabelece um vínculo existente entre as partes conflitantes, que possivelmente está muito fragilizado, buscando uma solução comum para o conflito.

Esse meio alternativo de resolução de conflitos é regido por inúmeros princípios, quais sejam: princípio da imparcialidade, princípio da isonomia entre as partes, princípio da oralidade, princípio da informalidade, princípio da autonomia de vontade e decisões das partes, princípio da busca do consenso, cooperação e não competitividade, princípio da confidencialidade e princípio da boa-fé.

Esses princípios são significativos para se estabelecer uma solução dentro de um conflito familiar, pois criam confiança e ajudam no diálogo das partes. Por não existir regras estabelecidas, as partes têm autonomia de vontade quando de sua aplicação, sendo que, se optado pela realização da Mediação, todos são tratados de forma igualitária, buscando-se sempre uma solução que agrade todas as partes conflituosas, sem juízo de valores e dentro da boa-fé.

Em derradeiro, conforme demonstrado acima, foram discutidos os aspectos gerais da Mediação, motivo pelo qual o segundo objetivo específico foi atingido.

Por seguinte, o quarto Capítulo versou sobre a (in) aplicabilidade da Mediação na resolução dos conflitos familiares contemporâneos. Nesse Capítulo, buscou-se atingir o último objetivo específico do Trabalho, e para isso, abordou-se acerca da Mediação extrajudicial e judicial, as fases e técnicas na aplicação da Mediação, a fim de identificar as vantagens e desvantagens na sua aplicação.

A Mediação extrajudicial é amparada pela Lei da Mediação e é uma ferramenta promissora para a diminuição no ingresso de demandas ao Poder Judiciário e diminuição de custos para o Estado e para as partes. No entanto, poderia ser melhor aproveitada, pois geralmente ocorre quando já há um processo judicial em andamento. Já se tratando de Mediação Judicial, como o próprio nome já remete,

ocorre nas dependências do Poder Judiciário e, amparada pela Lei da Mediação e pelo Código de Processo Civil, possui obrigatoriedade no processo, principalmente envolvendo questões familiares, pois quando o conflito chega ao Poder Judiciário, a relação entre as partes está muito desgastada por estar com o vínculo rompido, sendo importante que o vínculo seja restabelecido.

Ocorre que tanto no meio judicial quanto extrajudicial, apesar da informalidade, a Mediação necessita seguir fases e técnicas para obter um resultado satisfatório. A fase inicial para a Mediação é a sua abertura, ou mais conhecida como Termo Inicial da Mediação, onde o mediador se apresenta, pontua alguns princípios específicos da Mediação, como a oralidade, imparcialidade e o sigilo do ato, bem como explica o que poderá ocorrer durante a sessão, estabelecendo regras e dando oportunidade para as partes se apresentarem também.

A próxima fase da Mediação é a investigatória, onde as partes expõem seus motivos pessoais por estarem ali, devendo o mediador buscar quais são os verdadeiros agentes da quebra do vínculo, para futura negociação e, quando identificados, passa-se então para a próxima fase, que é a elaboração de uma agenda. Nessa fase, o mediador faz um resumo das versões das partes e apresenta a elas, dando possibilidade para as mesmas se manifestarem caso ele não tenha compreendido corretamente algum ponto.

A quarta fase é a mais importante da Mediação, onde as partes, já conhecendo as verdadeiras razões que motivaram o conflito, dialogam em busca de uma solução, se aprofundando verdadeiramente no problema, quando então se passa para etapa seguinte, que é a exploração das opções e possíveis alternativas para as partes tomarem uma decisão, nem sempre sendo possível passar para a sexta fase, que é a de entabulação de um acordo, momento em que a transação é redigida a termo e vira, assim, um título executivo judicial ou extrajudicial. Nesse ponto, vale destacar que as partes podem chegar em um acordo parcial, realizando-se a sexta fase no que diz respeito ao acordado, e continuando a Mediação com possíveis reencontros futuros, caso esse for o desejo das partes.

No entanto, para alcançar o objetivo desejado da Mediação, que é restabelecer o vínculo fragilizado entre as partes, durante a sessão de Mediação o mediador se utiliza de técnicas que o auxiliam na obtenção do resultado. Essas técnicas são conhecidas como atitude de acolhimento (afago, linguagem apreciativa, silêncio, normalização), escuta ativa, perguntas sem julgamento, reciprocidade escuta-fala,

prioridade à questão relacional, validação de sentimentos, parafraseamento, *brainstorming*, resumo, bem como sessões individuais (*caucus*).

Destaca-se, entre essas, cinco técnicas essenciais para a Mediação. A primeira delas é o *rapport*, onde o mediador cria um vínculo de confiança com as partes. Para a Mediação Familiar, essa é a técnica mais importante, pois se o mediado consegue ter confiança no mediador, possivelmente terá êxito em todas as fases da Mediação.

Já, a técnica da escuta ativa, é aquela na qual não se presta atenção apenas nas palavras das partes, mas também na linguagem corporal dessas, como expressões faciais, por exemplo. Essa técnica requer uma postura sem julgamentos ou aconselhamentos por parte do mediador, que vai ser apenas ouvinte na relação e é muito utilizada no Direito de Família, uma vez que uma característica dos mediados nesse tipo de controvérsia, é a necessidade de ser ouvido e compreendido, sem interrupções.

É muito comum em um divórcio, por exemplo, uma das partes falar compulsivamente e a outra ouvir, mas sem escutar, pois, de tanto aquela falar, essa já está cansada e perdeu o interesse na conversa, o que acaba intensificando ainda mais o conflito. Então, a técnica da escuta ativa por parte do mediador é muito importante, porque mostra para a parte que deseja se expressar uma postura de paciência e compreensão, muitas vezes não obtida em outras conversas sobre o assunto, conseguindo o mediador abstrair o real ponto de vista da parte em relação à controvérsia.

Outra técnica muito utilizada na Mediação é o parafraseamento, o qual exige do mediador uma visão ampla do conflito, para que possa mostrar para os mediados os pontos positivos do conflito, bem como reformular algumas frases que por ventura foram interpretadas de forma negativa. Essa prática é muito relevante no conflito familiar, uma vez que quando uma parte está magoada com a outra, acaba só observando os pontos negativos e interpretando tudo nesse viés.

Não obstante, a técnica do *brainstorming* é uma das mais utilizadas na Mediação, isso porque é quando os mediados conseguem expor suas ideias para resolver o conflito, principalmente quando não se chega a uma solução com facilidade. Nota-se que no conflito familiar é muito comum que nenhuma das partes queiram ceder a sua ideia de melhor solução e conflito, por isso é importante colocar todas as ideias juntas para chegar em uma solução que beneficie ambos.

Ademais, quando o mediador perceber que há uma barreira muito grande entre o conflito e a sua solução, não conseguindo estabelecer o diálogo entre as partes, tampouco as verdadeiras percepções de cada parte sobre a controvérsia ou até mesmo quando há uma situação de tensão ou emoção entre as partes, esse poderá realizar sessões individuais com cada mediado. Essa prática é conhecida como *caucus* e necessita ser bem executada, pois pode causar desconforto para as partes, causando até mesmo efeito contrário daquele pretendido.

Com base em todo o conteúdo estudado, foi possível verificar vantagens e desvantagens na aplicação da Mediação para resolução dos conflitos familiares contemporâneos. As principais vantagens a serem pontuadas, são a informalidade do processo de Mediação e a rapidez para obtenção de solução do conflito. Isso porque, as partes conflituosas têm a capacidade de decidirem quando iniciar ou finalizar a Mediação, bem como dá autonomia para o mediador conduzir o ato, utilizando as técnicas que melhor atender ao caso concreto, sem ter que respeitar necessariamente todas as fases da Mediação, podendo-se solucionar o conflito em um ato apenas.

Outra vantagem que necessita ser ressaltada é a possibilidade de diminuição de demandas no Poder Judiciário para tratar assuntos familiares, uma vez que a Mediação pode ser realizada de forma extrajudicial, diminuindo ainda as despesas para as partes e para o Estado.

No entanto, é necessário pontuar como a maior desvantagem, a falta de preparação dos profissionais para participar das sessões de Mediações Familiares. A uma, porque esses profissionais não conhecem todos os princípios basilares da família e os arranjos familiares contemporâneos para melhor atender cada caso em específico. E a duas, porque esses mesmos profissionais não possuem capacitação para realizar as fases e aplicar, adequadamente, as técnicas da Mediação.

Ante o exposto, é possível verificar que o último objetivo específico foi atingido, o qual era demonstrar as vantagens e desvantagens da Mediação na resolução de conflitos familiares contemporâneos.

Atingiu-se, desta forma, o objetivo geral do Trabalho, que era investigar a (in) aplicabilidade da Mediação na resolução de conflitos familiares contemporâneos, sendo possível responder à pergunta do Trabalho de Curso, a qual indaga: a Mediação é aplicável na resolução de conflitos familiares contemporâneos? Concluiu-se que foi confirmada a hipótese levantada, a qual aduz que é aplicável a Mediação na resolução de conflitos familiares contemporâneos, uma vez que por meio de suas

técnicas e fases, é possível restabelecer o vínculo rompido entre as partes, facilitando-as no diálogo, tudo isso dentro da informalidade e podendo ser solucionada a controvérsia com muito mais celeridade e com maior interação das partes no decorrer do processo.

Contudo, apesar de ser aplicável a Mediação na resolução de conflitos familiares contemporâneos, há de se destacar que nosso País está longe de aplicar a Mediação da melhor forma a garantir efetiva solução para problemas existentes dentro do núcleo familiar, porque na maioria das vezes se desconhece a real motivação da controvérsia, bem como o arranjo familiar em que a família conflituosa está inclusa, buscando-se apenas a perfectibilização de um acordo, e não tratando de curar os reais problemas.

Para que seja realmente concretizada a Mediação para solucionar os problemas familiares na atualidade, é necessária a capacitação dos profissionais envolvidos na Mediação, sejam eles juízes, advogados ou mediadores. Se for de conhecimento de todos os atuantes na Mediação, os princípios, fases e técnicas que a regem, bem como os princípios que regem o Direito de Família e os novos arranjos familiares contemporâneos, quando esses profissionais se depararem com o conflito, saberão agir de forma adequada ao caso concreto e, com toda a certeza, chegar-se-ia de forma mais fácil ao objetivo da Mediação familiar, qual seja, restabelecer o vínculo entre os entes familiares e não somente a entabulação de um acordo.

Por último, observa-se que desenvolver o tema proposto, é uma tarefa que está longe de terminar, sobretudo porque, a cada dia, novos marcos de atuação serão necessários, no constante desafio de se atender às mutantes carências do homem e da sociedade. Cumpre anotar que não se pretendeu esgotar todas as vertentes relativas ao tema, permanecendo suas incompletudes e imperfeições como um novo desafio a ser enfrentado.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Elaine C. F. C. **Mediação Familiar**: uma solução de conflitos no direito de família contemporâneo. Monografia (Especialização Direito Civil). Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá/MT, 2017. Disponível em: <https://bdm.ufmt.br/handle/1/795>.

ARRUDA, Simone Floriano de. **Constelação Familiar**: ferramenta para auxiliar na resolução de conflitos no direito de família. Monografia (Bacharelado do Curso de Direito). Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL – Tubarão/SC, 2019. Disponível em: <https://riuni.unisul.br/handle/12345/8856>.

BARBOSA, Eduardo; MADALENO, Rolf. **Responsabilidade civil no direito de família** / coordenadores Rolf Madaleno; Eduardo Barbosa. – São Paulo: Atlas, 2015;

BARROS, M. do C; MONTEIRO, M. D. B. A. **Mediação, conciliação e arbitragem**: teoria e prática / (organizadoras), Maria Darlene Braga Araújo Monteiro, Maria do Carmo Barros. 2v. – Fortaleza: INESP, 2018. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/index.php/publicacoes/category/102-programa-editorial-juridico?start=0>.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

_____. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. PL 634/1975. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm.

_____. Lei no 13.105, de 16 de março de 2015. Dispõe sobre o **Código de Processo Civil**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 mar. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm.

_____. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. **Lei da Mediação**. Diário Oficial da União, Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm.

_____. Valentina Paula. **A transformação da família e a mediação de conflitos familiares**: uma proposta de manutenção do afeto parental. (Graduação do Curso de Direito). Faculdade Meridional – IMED, Passo Fundo/RS, 2016. Disponível em: <https://www.imed.edu.br/Uploads/AlumniReunions/VALENTINA%20PAULA%20BRASIL.pdf>.

CAMELO, Teresa Cristina da Cruz. **Unões poliafetivas como hipótese de formação de família e a discussão envolvendo a partilha *inter vivos***. (Doutorado do Curso de Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, 2019. Disponível em:

<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/22451/2/Teresa%20Cristina%20da%20Cruz%20Camelo.pdf>.

CARDIN, Valéria Silva Galdino. **Do planejamento familiar, da paternidade responsável e das políticas públicas**. Instituto Brasileiro de Direito de Família-IBDFAM, Maringá/PR, 2009. Disponível em:

<https://ibdfam.org.br/assets/upload/anais/223.pdf>.

CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das famílias** / Dimas Messias de Carvalho. – 8. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020;

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **Enunciado n. 16**. I Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios. Disponível em:

<https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/888>.

_____. **Enunciado n. 47**. I Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios. Disponível em:

<https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/910#:~:text=9%C2%BA%20da%20Lei%20n.,com%20o%20m%C3%A9rito%20do%20conflito>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Gabinete do Ministro. **Portaria** nº 297, de 17 de dezembro de 2020. Brasília, 1999. Disponível em:

<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3639>.

DALLA, Humberto. **Manual de mediação e arbitragem** / Humberto Dalla e Marcelo Mazzola. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019;

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** [livro eletrônico] – 4. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016;

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**, 5º volume: direito de família / Maria Helena Diniz. – 23. ed. ver., atual. e ampl. de acordo com a Reforma do CPC e com o Projeto de Lei n. 276/2007. – São Paulo: Saraiva, 2008;

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil** - Direito de família - vol. 6. – 11. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021;

GARCIA, F. Z. S. **A evolução do direito das famílias e da condução de seus conflitos: novos desafios para a sociedade**. Fonte: Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2018. Disponível em:

https://ibdfam.org.br/artigos/1273/A+evolu%C3%A7%C3%A3o+do+direito+das+fam%C3%ADlias+e+da+condu%C3%A7%C3%A3o+de+seus+conflitos:+novos+desafios+para+a+sociedade#_ftnref36.

GUERRERO, Luis Fernando. **Os métodos de solução de conflitos e o processo civil** / Luis Fernando Guerrero. – – São Paulo: Atlas, 2015;

GONÇALVES, Amanda Passos. **A mediação como meio de resolução de conflitos familiares**. Monografia (Bacharelado Curdo de Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015. Disponível em: https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/amanda_goncalves.pdf.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro** – volume 6 : direito de família. – 18. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021;

LÔBO, Paulo. **Direito civil** : volume 5 : famílias / Paulo Lôbo. – 8. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018;

LUCHIARI, Valeria Ferioli Lagrasta. **Mediação judicial**: análise da realidade brasileira : origem e evolução até a Resolução n. 125, do Conselho Nacional de Justiça / Valeria Ferioli Lagrasta Luchiari ; coordenadores Ada Pellegrini Grinover, Kazuo Watanabe. - Rio de Janeiro : Forense, 2012;

MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

MELO, Sofia dos Santos. **A mediação como instrumento de pacificação dos conflitos familiares**. Monografia (Curso de Direito). Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2018. Disponível em: https://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/30924?locale=pt_BR.

PASSANHA, Jackelline Fraga. **A afetividade como princípio fundamental para a estruturação familiar**. – IBDFAM – Vitória/ES, 2011. Disponível em: https://ibdfam.org.br/_img/artigos/Afetividade%2019_12_2011.pdf.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das famílias** / Rodrigo da Cunha Pereira. – Rio de Janeiro: Forense, 2020;

ROSA, K. A; LEE, A. T. V. **A importância da mediação e seus benefícios**. Tribunais Multiportas: mediação, conciliação e arbitragem como forma de resolução de conflitos. / Ana Cristyna Macedo L. S. Bosco, Clodoaldo Moreira dos Santos Júnior e Rogério Pereira Leal. Centro Universitário de Goiás - Goiânia/GO, 2020. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/arquivos/2020/12/DCD10E31353C8F_e-book-mediacao-conciliacao-e-.pdf.

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, mediação, conciliação e arbitragem**: curso de métodos adequados de solução de controvérsias. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

SILVA, Daniel Vinícius Ferreira da. **Princípios norteadores do Direito de Família** Conteudo Juridico, Brasília-DF, 2017. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/49766/principios-norteadores-do-direito-de-familia>.

SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da. **Mediação de conflitos** / Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva, organizadora. – São Paulo: Atlas, 2013;

SOUSA, M. T. C; WAQUIM, B. B. Do direito de família ao direito das famílias: a repersonalização das relações familiares no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**, Maranhão, Ano 52, n. 205, p. (71-86), março, 2015. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/507401>.

TAKAHASHI, Bruno [et al]. **Manual de mediação e conciliação na Justiça Federal** / Bruno Takahashi ... [et al.] – Brasília : Conselho da Justiça Federal, 2019;

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021;

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: direito de família** – v. 5 / Flávio Tartuce. – 15. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020;

VASCONCELOS, Carlos Eduardo. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas** / Carlos Eduardo de Vasconcelos. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020;

VENOSA, Sílvio de Salvo, 1945 - **Direito Civil: família e sucessões**, volume 5 / Sílvio de Salvo Venosa. – 21. ed. – São Paulo: Atlas, 2021.